

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**ESPORTES DE AVENTURA PARA
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL:
PERCEPÇÕES**

**Campo Grande/MS
2017**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Claudio Benites da Silva

**ESPORTES DE AVENTURA PARA
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL:
PERCEPÇÕES**

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marina Brasiliano Salerno

**Campo Grande/MS
2017**

Claudio Benites da Silva

**ESPORTES DE AVENTURA PARA
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL:
PERCEPÇÕES**

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em _____, _____, 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marina Brasiliano Salerno
Orientadora

Prof. Dr. Junior Vagner Pereira da Silva– UFMS

Prof. Dr. Jeaser Alves de Almeida - UFMS

Dedico este trabalho a minha família.

À minha mãe que comemorou comigo tantas conquistas, mas que não pode comemorar esta em particular.

Ao meu pai por estar sempre ao meu lado.

Às minhas irmãs por me inspirarem.

A minha querida esposa Tatiana por ser minha rocha e aceitar enfrentar os desafios da vida ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Sul Mato-Grossense para Cegos - Florivaldo Vargas - ISMAC, na pessoa do seu presidente que, não apenas aprovou a participação do instituto neste projeto, como encarou o desafio de experimentar os prazeres que os esportes de aventura podem proporcionar.

Aos demais integrantes do ISMAC, participantes desta pesquisa, que confiaram nesta proposta e aceitaram romper com velhos paradigmas.

Aos amigos, Cristevan Veloso, proprietário da Trilha Extrema, e Edson Paes, proprietário da Zion Escalada, que sem pensar duas vezes aceitaram colocar toda sua experiência e estrutura a disposição deste projeto.

Ao Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul por nos ter recebido com tamanho profissionalismo e atenção.

À minha orientadora por acreditar em mim e me possibilitar estudar um tema que, por mais de 10 anos, envolve meus pensamentos.

Ao Programa de Educação Tutorial – PET Educação Física/UFMS por ter contribuído com meu crescimento acadêmico.

Um agradecimento especial aos meus colegas de curso, futuros profissionais exemplares, Ângela Werneck, Edison Montenegro, Johnny Arevalo, Maria Luiza, Matheus Ortiz e Mariselma Oliveira que colaboraram com este processo, doando seu tempo, aprendendo junto comigo e me ensinando que, ao lado de amigos de verdade, podemos fechar os olhos e seguir sem medo.

A todos os professores com os quais tiver o prazer de dividir momentos que levarei para toda minha vida, pessoal e profissional.

Aos professores que compõem a banca avaliadora deste trabalho por dividir comigo um pouco de suas experiências acadêmicas e de vida, contribuindo assim para êxito desta pesquisa.

Evitar o perigo não é, a longo prazo, tão seguro quanto expor-se ao perigo. A vida é uma aventura ousada ou, então, não é vida.

Helen Keller

RESUMO

O fenômeno social conhecido como esporte evoluiu com o passar de sua história, assim como aconteceu com as questões ligadas à pessoa com deficiência. Foi, no entanto, com o advento da 1ª e 2ª Guerra Mundial, que essas duas temáticas se aproximaram. O esporte começava a ser usado com ferramenta, inicialmente visando à reabilitação física e psicológica e em seguida a ressocialização das vítimas da guerra. Nesse meio tempo, o esporte ganha novas modalidades que passam a ter no elemento risco seu principal desafio. Nasce assim os esportes radicais. No entanto, nesse processo de evolução dos esportes radicais também chamados de esportes de aventura cabia a pessoa com deficiência apenas assistir e aplaudir os grandes feitos dos atletas radicais, dentre elas, as pessoas com deficiência visual. Se por muito tempo acreditou-se que a deficiência visual, privava aquele que a possuía do contato com a natureza, tornando assim o deficiente visual um ser estritamente urbano, a prática de um esporte cujo elemento principal é o risco, foi barreira ainda maior. Carvalho (2005) nos lembra que nos esportes de aventura cabe a cada pessoa determinar até onde está disposta a ir com base em seus valores pessoais. Na mesma direção, Custódio (2009) salienta que, na busca de nossa essência, enquanto seres humanos, devemos respeitar a individualidade, as diferenças, sem impor estereótipos. Desta forma, este estudo teve como objetivo analisar a relação da pessoa com deficiência visual com os esportes de aventura, em particular os praticados na natureza. Caracterizada como uma pesquisa qualitativa de cunho descritiva/exploratória, este estudo apresentou os esportes de aventura, a um grupo de deficientes visuais ao longo de 8 meses de atividades que culminou com a prática de um combinado de rapel, trekking e escalada em uma região conhecida como Cachoeira do Inferninho em Campo Grande/MS. Concluída a etapa prática da proposta, foi realizado um grupo focal com os participantes da pesquisa que nos permitiu concluir que o universo da aventura está muito presente no cotidiano do deficiente visual. Elementos como risco, perigo, emoção, desafio, superação, estão presentes nos esportes de aventura, mas também são constantes companheiros dos deficientes visuais.

Palavras-chave: Deficiente Visual; Esportes de Aventura; Natureza

ABSTRACT

The social phenomenon known as sport has evolved with the passing of its history, as has happened with issues related to the person with disability. It was, however, with the advent of the 1st and 2nd World War, that these two themes approached. The sport began to be used with tools, initially aimed at physical and psychological rehabilitation and then the re-socialization of war victims. In the meantime, the sport gains new modalities that start to have in the risk element its main challenge. So radical sports are born. However, in this process of evolution of extreme sports also called adventure sports it was up to the disabled to just watch and applaud the great deeds of radical athletes, including people with visual impairment. If for a long time it was believed that visual impairment deprived the one who possessed it of the contact with nature, thus making the visually impaired a strictly urban being, the practice of a sport whose main element is risk was an even greater barrier. Carvalho (2005) reminds us that in adventure sports it is up to each person to determine how far they are willing to go based on their personal values. In the same direction, Custódio (2009) emphasizes that, in the pursuit of our essence, as human beings, we must respect individuality, differences, without imposing stereotypes. Thus, this study aimed to analyze the relationship of people with visual impairment to adventure sports, particularly those practiced in nature. Characterized as a descriptive / exploratory qualitative research, this study presented adventure sports to a group of visually impaired people during 8 months of activities that culminated in the practice of a combination of abseiling, trekking and climbing in a known region Such as the Inferninho Waterfall in Campo Grande / MS. After the practical phase of the proposal, a focus group was held with the participants of the research that allowed us to conclude that the universe of adventure is very present in the daily life of the visually impaired. Elements such as risk, danger, emotion, challenge, overcoming, are present in adventure sports, but are also constant companions of the visually impaired.

Keywords: Visual Impairment; Adventure Sports; Nature

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1 - ESPORTES DE AVENTURA	16
1.1 Elemento conceituais	16
1.2 Elementos presentes na prática dos esportes de aventura.....	20
1.3 Breve histórico sobre os esportes de aventura.....	22
1.4 Esporte de aventura em Mato Grosso do Sul	25
Capítulo 2 - PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	29
2.1 Conceituando deficiência	29
2.2 Breve histórico sobre deficiência	31
2.3 Deficiência visual: entendimentos.....	33
2.4 Breve histórico sobre a deficiência visual.....	35
2.5 Deficiência visual em Mato Grosso do Sul	37
Capítulo 3 - O ESPORTE ADAPTADO	39
3.1 Breve histórico	39
3.2 Esporte de aventura e a pessoa com deficiência visual	40
Capítulo 4 - METODOLOGIA	44
4.1 Tipo de pesquisa	44
4.2 Coleta e análise de dados	44
4.3 Universo da pesquisa	45
4.4 População e caracterização dos participantes	46
Capítulo 5 – RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	48
5.1 Experiências	48
5.2 Sequência Pedagógica	48
5.3 Percepção dos deficientes visuais frente os esportes de aventura	60
5.3.1 Aproximações com os esportes de aventura	60
5.3.2 Processo de ensino-aprendizagem	63
5.3.3 Interação social	69
5.4 Relação do deficiente visual com os esportes de aventura	73
Capítulo 6 - CONCLUSÃO.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80
APÊNDICE 1 - Termo de autorização de uso de imagem	85
APÊNDICE 2 - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	86
APÊNDICE 3– Questionário.....	88
APÊNDICE 4 – Roteiro de questões grupo focal.....	90
APÊNDICE 5 – Planos de Aula.....	91
ANEXO 1 – Parecer comitê de ética em pesquisa.....	103

APRESENTAÇÃO

A aventura é presença constante na vida do ser humano. Das civilizações mais primitivas à sociedade moderna, do nascer ao morrer, todos nós, ainda que não intencionalmente, enfrentamos ou enfrentaremos pequenas ou grandes aventuras ao longo da vida. O que tem mudado ao longo da história é a forma que as sociedades vêm enxergando e transformando estas práticas. Do nascer ao morrer, do aprender a caminhar a escalar a montanha mais alta, de colocar-se em pé a equilibrar-se sobre uma prancha, cada pequena ou grande conquista do ser humano passa pela aventura.

A essência da aventura pode ser percebida já na infância, na criança que se arisca e vence seus limites enquanto cresce. E foi na infância, vivida em Forte Coimbra (foto 1) que eu vivenciei minhas primeiras aventuras.

Foto: 1. Vista Aérea da comunidade de Forte de Coimbra – Corumbá/MS



Fonte: <http://portaldoforte.blogspot.com.br>

Foi nadando nas águas do Rio Paraguai, escalando as encostas do morro que circundava a vila de Forte de Coimbra, subindo e descendo das árvores que compunham a paisagem da região, deslizando, deitado sobre um pedaço de isopor (imitando uma prancha), tentando “quebrar” as ondas produzidas pela passagem dos barcos de pescadores, saltando sobre os bancos, muros e escadarias da histórica Escola Municipal Ludovina Porto Carreiro e

brincando de esconder em meio à exuberante área verde que cerca o Forte que o espírito de aventura criou raízes em mim.

Foi também na infância, por meio da Educação Física escolar, que o esporte se fez presente e conquistou minha atenção e admiração e que ainda hoje é objeto de meus estudos. Da mesma forma os primeiros contatos com a pessoa com deficiência também ocorreram na minha infância, que se passou na década de 1980.

Estes três aspectos, Esporte, Natureza e Deficiência, sempre estiveram presentes em meus pensamentos e agora os trago, à luz dos estudos acadêmicos, para assim tentar responder algumas inquietações, as quais penso serem capazes de contribuir com a disseminação das práticas de aventura na natureza e sua relação com as pessoas com deficiência.

INTRODUÇÃO

Desde os jogos olímpicos da era moderna, o esporte tem se tornado cada vez mais presente no cotidiano da sociedade. Diversos foram os objetivos que lhe foi atribuído, indo desde o de atribuir valores, normas e costumes como também uma forma de controlar a violência na sociedade, até o seu uso político pelos governos que encontraram no esporte uma forma de manifestar sua superioridade frente os outros povos e ainda despertar na nação um sentimento de patriotismo (MARQUEZ; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008).

Do outro lado, os esportes de ação e de aventura têm despertado naqueles que os buscam um novo sentido a vida, um sentimento de liberdade que há muito tem sido posto em segundo plano em detrimento do conforto e segurança da vida moderna. Buscam provar que o impossível é possível. Buscam movimentos que tendem a quebrar regras impostas, desafiando os limites estabelecidos pela sociedade e até mesmo os limites de seus próprios corpos. E toda essa busca tem também, segundo Kotler (2015) como um dos objetivos, vencer um dos mais primitivos impulsos do ser humano, o medo da morte.

Parece contraditório que o medo da morte seja um dos gatilhos à prática de esportes que envolvam ação e aventura. No entanto, Kotler (2015), usando as palavras do médico e psicólogo William James (s/d), explica que a maioria das pessoas possui um potencial escondido e que são nas grandes emergências e crises que este potencial é revelado: “O estado mental influencia a emoção, que altera a biologia, que aumenta o desempenho (KOTLER, 2015 p. 37)”.

Entre estes dois elementos: Esportes e Aventura (seja na natureza ou em meio urbano) existe uma parcela da população a qual coube, durante muito tempo, apenas ser antagonista deste movimento. Muito mais distante de suas realidades eram os feitos e conquistas dos atletas e praticantes de esportes de ação e aventura. Estou falando aqui das pessoas com deficiência.

Foi após a I Guerra Mundial, que deixou inúmeras pessoas com sequelas físicas e psicológicas, que o esporte passa a representar uma possibilidade de tratamento. No entanto, foi somente após a II Guerra Mundial, e com o surgimento de novas vítimas que o esporte se firma como um mecanismo, primeiro de reabilitação, depois de socialização, vindo então a

culminar com o surgimento do esporte adaptado como prática de lazer e de competição (ARAÚJO, 2011).

Na vanguarda dessa mudança, os esportes de ação e aventura para pessoas com deficiência têm se tornado uma realidade cada vez mais presente, e uma das possíveis explicações para isso, segundo Carvalho (2005, p. 25), está no fato de “que nem a idade, sexo, biotipo ou deficiências de qualquer natureza são fatores limitantes ou de impedimento à prática destas atividades”.

Natureza, esporte, aventura, risco, direito, escolha, responsabilidade, pessoa com deficiência, Educação Física, lazer, acessibilidade. Essas palavras quando lidas separadamente possuem significados diferentes, mas quando usadas juntas e analisadas a partir de um mesmo contexto podem significar muito mais que apenas palavras soltas, podem significar a construção de uma vida de dignidade às pessoas com deficiência.

Em se tratando de deficiência visual, tema central deste trabalho, nos questionamos quais seriam as dificuldades de um deficiente visual para a prática dos esportes de aventura? Quais as habilidades que estas pessoas desenvolveram ao longo de sua história que podem contribuir para estas práticas? Quais adaptações se fazem necessárias ao se propor atividades de ação e aventura para pessoas com deficiência visuais?

Entender estas questões me conduziram ao problema central deste trabalho: Qual a relação da pessoa com deficiência visual e os esportes de ação e aventura, principalmente os praticados na natureza?

Partindo deste eixo central, outros questionamentos surgiram, tais como: Quais as possibilidades práticas e as adaptações necessárias a prática de esportes na natureza, mais especificamente o *cascading*, e o uso das técnicas do rapel, o *Trakking* e a escalada? De que forma se dá a percepção e a compreensão destas atividades em suas vidas?

Assim sendo, o objetivo geral desta pesquisa foi:

- Analisar qual a relação da Pessoa com Deficiência Visual (PDV) com os Esportes de Aventura, em particular os praticados na natureza?

Os objetivos específicos foram:

- Apresentar uma sequência pedagógica para o ensino dos esportes de aventura destinados as pessoas com deficiência visual;
- Analisar a percepção das pessoas com deficiência visual frente às sensações advindas do contato com o esporte de aventura, por meio do processo de ensino aprendizagem.

CAPITULO 1 - ESPORTES DE AVENTURA

Analisar os conceitos e a história dos esportes de ação e aventura é o primeiro passo para entender como essas práticas evoluíram ao ponto de tornarem-se fenômenos esportivos capazes de influenciar o estilo de vida de pessoas com e sem deficiência, possibilitando, a ruptura de velhos e novos paradigmas.

1.1 ENTENDIMENTOS CONCEITUAIS

Assim como o conceito de esporte, o conceito de esportes de ação e aventura vem sendo amplamente discutido, alterado e aprimorado ao longo dos anos, portanto, conceituar esportes de ação e aventura é tarefa ainda laboriosa, principalmente pelo fato de que são inúmeros os autores e da mesma forma são inúmeras as áreas do conhecimento que escolheram estudar este tema, fazendo surgir assim diferentes abordagens e conceitos aplicados a estes esportes.

Dentre os diversos autores e abordagens encontradas, podemos citar: Uvinhas (2001) e Nunes et al. (2008), que lançaram sobre estas práticas, um olhar voltado aos estudos do lazer e do turismo. Sob a ótica da psicologia, encontramos Spink, Aragaki e Alves (2005). Nos estudos de Cardoso, Silva e Felipe (2006), Fernandes e Silva (2007) e Pereira e Armbrust (2010; 2015), o elemento pedagógico e seu potencial educativos é apresentado. Investigando o imaginário social, o mito e a simbologia envolvida nos esportes de aventura, temos Costa (2000). Uma abordagem sociológica e antropológica é usada por Marinho (2008). Olhando para a inclusão de pessoas com deficiência podemos citar Carvalho (1999; 2005), Nunes et al. (2008), Custódio (2009) e Minussi (2010).

Tomando por base a área de conhecimentos ao qual está ligado um determinado estudo, este acaba por aceitar, incorporar ou criar um determinado tipo de conceito em relação à prática destas atividades, fazendo com que haja o surgimento de diversos nomes e definições para estas atividades que envolvem esporte, aventura e natureza.

Entre as diversas denominações, definições ou conceitos para estas atividades, as mais presentes nos estudos são esportes radicais, esportes de aventura, esportes californianos, esportes tecnoecológicos, esportes em liberdade, esportes selvagens, atividades físicas de aventura na natureza – AFAN, práticas corporais de aventura na natureza - PCAN's (NUNES

et al. 2008; COSTA JUNIOR, 2006; PEREIRA; ARMBRUST; RICARDO, 2008; TAHARA E DARIDO, 2016).

A diversidade de conceitos e classificação pode estar ligada ao modo como a sociedade tem enxergado estas práticas ao longo dos anos. Sobre isso escreveu Dias (2008, p. 55)

A forma pela qual evolui o hábito de buscar a natureza para a prática esportiva corresponde a uma mudança na dinâmica social em seu conjunto, notadamente no que diz respeito às sensibilidades diante da natureza e ao processo de formação de identidades. Nesse sentido, deve-se dizer que um dos fundamentos primeiros dessas sub-culturas esportivas é o seu hibridismo. Ou seja, o desenvolvimento e a popularização de práticas corporais agrupadas sob a rubrica dos esportes na natureza se constituíram a partir da combinação de técnicas e mesmo de distintas tradições esportivas.

Esse hibridismo de que trata o autor também é possível ser encontrado no campo conceitual, pois é através da confluência das diversas teorias de áreas de conhecimento diferentes que surgem os subsídios necessários para as discussões em torno do tema.

No entanto, são nos estudos de Pereira, Armbrust e Ricardo (2008) e Pereira e Armbrust (2010) que encontramos as definições que consideramos condizentes com as ações deste projeto. Ainda que os conceitos e interpretações possíveis sejam inúmeros e estejam em constante mutação, estes autores entendem que o termo Esportes Radicais representa uma série de outras modalidades, as quais eles dividem em Esportes de Ação e os Esportes de Aventura, este último considerado por nós como o termo chave deste trabalho.

Para Pereira, Armbrust e Ricardo (2008) as atividades de risco possuem uma relação intrínseca como o movimento humano e não é algo descrito apenas na história atual do ser humano. Porém, foi nas últimas décadas que esse movimento assumiu formas que ganharam espaço no imaginário e nos desejos de crianças e adultos, adquirindo um caráter sócio-cultural.

Costa (2000, p. 89), no entanto menciona que essa noção atual de risco só é possível para uma sociedade que “viveu a vida inteira num mundo setorizado, num mundo de aparentes seguranças, de estabilidade”. A mesma autora entende que a relação do homem com a natureza era vista como uma questão de sorte, mas esse é um quesito a ser discutido mais adiante.

Apresentadas as diversas possibilidades de conceituação destes esportes, trago aquela que melhor coaduna com os objetivos deste trabalho, que é a apresentada por Pereira, Armbrust e Ricardo (2008), como veremos a seguir.

O quadro 1 apresenta a classificação desenvolvida por Pereira, Armbrust e Ricardo (2008), onde os autores dividem os Esportes Radicais em Esportes de Ação e Esportes de Aventura. Neste quadro é possível identificar algumas características que parecem distinguir as duas formas de interpretar estes esportes. Esportes de Ação, mais voltados à execução de um movimento específico, técnico, estético. Esportes de Aventura, voltados à exploração, ao deslocamento, a superação de obstáculos para sair de um ponto e chegar a outro.

Quadro 1. Classificação geral dos esportes radicais em Esportes de Ação e de Aventura quanto ao local de prática

ESPORTES RADICAIS		
MEIO	AÇÃO	AVENTURA
Aquático	Surf, windsurf	Mergulho (livre e autônomo), canoagem (rafting, caiaque, aqua ride, canyoning)
Aéreo	Base jump, sky surf	Paraquedismo, balonismo, vôo livre
Terrestre	Bungee Jump, sandboarding	Montanhismo (escalada em rocha, escalada em gelo, técnicas verticais, tirolesa, rapel, arvorismo); mountain bike (down hill, cross country), trekking
Misto	Kite surf	Corrida de Aventura
Urbano	Escalada indoor, skate, patins in line, bike (trial, bmx)	Le parkour

Fonte: Pereira, Armbrust e Ricardo (2008, p.10)

Estes mesmos autores também mencionam uma caracterização dos Esportes Radicais – Quadro 2. – partindo de aspectos históricos, sociais, dos riscos, da faixa etária, etc. Reforçam que “há uma divisão em Esportes de Ação e Aventura que é própria ao campo da Educação Física, pois levam em conta principalmente as habilidades motoras e as capacidades físicas predominantes nessas” (PEREIRA; AMBRUST; RICARDO, 2008, p. 10).

Quadro 2. Caracterização geral dos esportes radicais, divididos em esportes de ação e de aventura.

ESPORTES RADICAIS		
Característica	AÇÃO	AVENTURA
Habilidade	Predomina a estabilização	Predomina a locomoção
Capacidade física	Predomina a força potente A velocidade das manobras exige força e velocidade	Predomina a resistência A estratégia e a escolha ganham importância
Surgimento	Como atividade de lazer e uso do tempo livre	Como expedição ou exploração (militar, econômica ou científica)
Etimologia	Manifestação de força e energia, movimento, comportamento, e atitude	Experiências arriscadas, incomuns, perigosos e imprevisíveis
Objetivo	O lazer é o principal motivo As competições geram eventos de grande importância	Forte relação entre lazer e turismo Usado como educação
Local	Urbano e natureza Espaços construídos e eventos da natureza (onda, vento)	Natureza e urbano Espaços naturais (a meta é sair de um ponto e chegar a outro)
Público	Média entre 15 e 25 anos	Média entre 25 e 35 anos
Perigo	Socorro mais próximo Menor ação do clima	Socorro mais distante Maior ação do clima
Organização	Existem regras, associações e formação de tribos	Existem regras, associações e formação de equipes
Mídia	Busca captar a manobra Relaciona-se com público alvo na: atitude, vestimenta, comportamento e linguagem	Busca captar uma história Relaciona-se com o público alvo na ecologia, qualidade de vida e meio ambiente

Fonte: Pereira, Armbrust e Ricardo (2008, p.10)

A apresentação destes quadros tem por objetivo situar o leitor no contexto destas práticas, concordando que “essas modalidades apresentadas foram reinventadas e podem surgir variações, sendo este quadro aberto a ampliações e alterações” (PEREIRA, ARMBRUST, 2010, p. 17)

Desta forma, ao analisar os quadros acima é possível caracterizar as práticas as quais este trabalho se propõe (Rapel, Escalada e Trakking) como sendo de Aventura, pois se aproximam das práticas do montanhismo e do *canyoning*, os quais se utilizam das técnicas de caminhada em meio natural, de descida de encosta ou cachoeiras utilizando-se cordas, e de ascensão por meio da escalada em rocha.

Entender esta proposta como sendo oriunda dos esportes de aventura e não dos esportes de ação, dentro da classificação proposta por Pereira, Armbrust e Ricardo (2008), é possível uma vez que suas características estão ligadas às necessidades estratégicas que envolveram as ações; pelas suas origens nas expedições ou explorações; por envolver experiências arriscadas, por possuir no lazer um de seus objetivos, e ainda por possuir uma

maior influência do clima no risco geral da atividade, dentre outras características mostradas no quadro 2.

Quando se busca uma atividade ligada à natureza, busca-se também uma incerteza, uma imprevisibilidade, uma experiência e uma sensação que não se pode mensurar nem garantir que será alcançada sem se colocar em ação, e é exatamente isso que significa aventura, algo que está por vir (MARINHO, 2008).

Desta forma, sem a pretensão de querer conceituar esta prática, podemos sintetizar o Esporte de Aventura como sendo uma atividade intrinsecamente ligada à ideia de risco, incerteza e imprevisibilidade, cujo surgimento se deu primeiro pela necessidade de sobrevivência, passando pela necessidade de conhecimento (exploração), para só então ganhar o status de esporte despertando em seus praticantes a necessidade de se autoconhecimento por meio da superação de desafios e experimentação de novas sensações (MARINHO, 2008).

1.2 ELEMENTOS PRESENTES NA PRÁTICA DOS ESPORTES DE AVENTURA

Durante a prática de um Esporte de Aventura estão presentes alguns elementos fundamentais, dos quais o risco é o predominante.

Ao falarmos de risco é preciso entender que este elemento está presente não apenas nos Esportes de Aventura, mas também no nosso cotidiano, e que geralmente é algo ligado ao movimento, e desde o nosso nascimento somos expostos a todo tipo de risco (GUZZO, 2004).

Costa (2000, p. 90) nos lembra que em certos períodos da história, a noção de risco era algo inexistente, sendo a relação do ser humano com a natureza uma questão de sorte, sendo seus resultados frutos de “variações aleatória do ambiente”.

O risco dentro da perspectiva do corpo humano, mais especificamente nas práticas de Esportes de Aventura, foi muito bem construído por Carvalho (2005, p. 45-46) ao afirmar que

Isso fica mais evidente na prática de esportes na natureza, já que as pessoas podem escolher até que ponto estão dispostas a correr determinados riscos baseadas em seus valores pessoais. Como vimos, o risco pode apresentar-se como um fator altamente subjetivo diante da realidade a ser analisada. Quando as pessoas procuram as práticas esportivas que envolvem “riscos”, não estão procurando com isso tornarem-se suicidas em potencial. Na verdade estão em busca de valores que possam ser traduzidos em prazer e conquistas. No íntimo, certamente cada um tem suas razões para gostar dos esportes na natureza e de vivenciar as sensações de riscos reais e imaginários.

Essa relação é reforçada por Spink, Medrado e Mello (2002, p. 159) quando afirmam que o “risco é também parte do pacote dos esportes de aventura”. Da mesma forma Marinho (2008, p. 189) vê o risco como indissociável da aventura “podendo, igualmente, acarretar situações positivas e prazerosas”.

Associado ao risco, outro elemento presente na aventura é o perigo. Para Pereira e Armbrust (2010, p. 16) “Perigo é um situação que ameaça a existência de uma pessoa ou uma coisa, ou então é uma fonte potencial para provocar um dano”.

Para Costa (2000, p. 95) “o perigo é permanente e exige atenção constante”. No entanto a prudência, as qualidades pessoais, a técnica bem empregada e uso de equipamentos certificados criam condições favoráveis ao enfrentamento dos perigos presentes nos esportes de aventura.

Além dos elementos acima citados, estes esportes possuem um elemento central o qual, de tão particular compõem sua nomenclatura atual: a aventura. A palavra aventura tem sua etimologia formada do verbete *ResAdventura*, com origem no latim, que significa “coisa a vir” ou “o que esta por vir” ou ainda “coisas que acontecerão” (Res = coisa e Adventura = vir/acontecer), por sua vez Adventura deriva do verbo *Advenire* que significa alcançar.

Para Pereira e Armbrust (2010, p. 6),

esse sentido aproxima-se do sentido de buscar algo que não é tangível num primeiro momento, que é muito comum aos praticantes de modalidades na natureza, principalmente aquelas onde a distância, o clima, o esforço físico, a privação e a incerteza estão presentes.

No entanto, para Marinho (2008, p. 199) ser ou não uma aventura depende de quem a pratica, uma vez que “sempre haverá, concomitantemente, conflitos e alegrias dos mais diferentes níveis” evidenciando assim uma constante tensão entre praticante e prática.

Um quarto elemento presente nestas práticas é a ludicidade. Ainda para Marinho (2008, p. 199) esse aspecto nasce das relações sociais presentes nas atividades esportivas de aventura por meio da vivência coletiva de emoções, sensações e sentimentos provenientes destas, tornando-se assim “o efeito e a consequência de toda esta sociabilidade vivida”.

O componente lúdico funciona como uma válvula de escape para os elementos que compõem a sociedade moderna com suas regras, suas segregações, suas formas de produção e controle do tempo e do espaço social. É através desse elemento lúdico que se constrói uma

subjetividade entorno do imaginário de liberdade, um estilo de vida baseado na aventura que transporta o praticante a um universo onde regras podem ser quebradas, reconstruídas e expressas de acordo com a capacidade de cada praticante e não imposta a ele por um senso comum (MARINHO, 2008).

Apresentados alguns conceitos e elementos dos Esportes de Aventura, sem esquecer que estes estão sempre em constante mutação, veremos a seguir um breve histórico de como esses esportes surgiram e evoluíram ao ponto de se tornarem um fenômeno esportivo de grande significação.

1.3 BREVE HISTÓRICO SOBRE OS ESPORTES DE AVENTURA

Assim como a diversidade de conceitos sobre os Esportes de Aventura podem dificultar a produção de um trabalho acadêmico, a escassez de bibliografia também é uma dificuldade, mas como bem disse Fernandes (1998, p.108) “é também um estímulo à pesquisa”.

Segundo Carvalho (2005 p.25), “As atividades praticadas em contato com a natureza podem ser consideradas um fenômeno do esporte mundial nas duas últimas décadas”. Passado mais de uma década desde a pesquisa de Carvalho (2005) continuamos a presenciar a expansão destas atividades, ora como esporte ora como turismo, ora como profissão ora como lazer.

Como prova da força desse fenômeno esportivo mundial, o COI – Comitê Olímpico Internacional, anunciou a inclusão de três destes esportes na lista de esportes olímpicos. Skate, Surf e Escalada Esportiva passam a integrar o holl dos esportes olímpicos com estréia prevista para as Olimpíadas do Japão em 2020.

Para além do campo esportivo, os Esportes de Aventura têm sido amplamente divulgados, vendidos e praticados como atividade turística de lazer, sob o nome de turismo de aventura.

Nesta dimensão, turismo de aventura, o Brasil foi considerado pela Best Countries, uma consultoria internacional, como o melhor destino do mundo (EMBRATUR, 2016). Nesta mesma “onda”, o número de eventos esportivos, das grandes feiras de negócios e do crescente

mercado de produtos e equipamentos voltados às práticas esportivas na natureza, só aumentam.

Apesar da relação Esporte - Natureza ser um fenômeno novo, a relação Homem – Natureza é bem mais antiga. Desde o advento da vida humana na terra, o ser humano foi forçado a vencer os obstáculos impostos pela natureza. Rios, montanhas, cachoeiras, imensos campos abertos, densas florestas e até o espaço foi sendo conquistado, primeiro com a invenção dos balões dirigíveis e do avião chegando à criação dos paraquedas e dos moderníssimos macacões de *wingsuit*¹.

Os esportes de aventura como conhecemos hoje, organizados e institucionalizados, possivelmente começaram a ser desenhados por volta dos anos de 1857 com a criação do clube de excursionismo britânico. Mais tarde, surgiram os clubes Suíços e Italianos (1863), o clube alemão (1869). Em 1874 foi a vez dos franceses, seguidos pelos Belgas (1883), Canadá (1906) e Estados Unidos em 1910 (DIAS; MELO; ALVES JUNIOR, 2007).

Os mesmos autores chamam a atenção para o fato de que “a organização de clubes é uma das marcas do desenvolvimento do campo esportivo, ainda que não seja a única a ser considerado” (p. 362), o que já demonstrava a preocupação dos praticantes destas atividades com sua organização e sistematização.

No Brasil, apesar de haver algumas divergências, a informação mais aceita é que esse movimento tenha começado em 1919 com a criação do Clube Excursionista Brasileiro– CEB. No entanto, as conquistas começaram bem antes, sendo o primeiro grande feito realizado em 1912 com a conquista do Dede de Deus, maciço rochoso com 1.692 metros de altura localizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ (SILVA, 2004).

Para chegar ao fenômeno esportivo que é hoje, estas práticas enfrentaram muito preconceito e discriminação, tendo sido menosprezadas e até mesmo atribuídas a elas um caráter repulsivo. Por volta do século XVIII, as montanhas, berço das práticas esportivas de aventura, não eram associadas à beleza, lazer ou esporte. “Somente na virada do século XIX é que esses lugares passaram a exercer extraordinário apelo a imaginação” (DIAS; MELO; ALVES JUNIOR, 2007, p. 363).

¹ esporte no qual o praticante salta de um avião, do alto de uma montanha ou prédios e com o auxílio do macacão, que possui membranas entre os membros inferiores e superiores, plana pelo ar como um pássaro até atingir a altura limite para abertura do paraquedas).

Esses autores destacam ainda que um dos motores que impulsionaram o desenvolvimento e popularização destas atividades foi o desenvolvimento e a popularização das Ciências Naturais. Áreas como a ornitologia e geologia serviram de pano de fundo para estas práticas. Até o advento do Esporte de Aventura como prática de lazer na sociedade moderna, estes costumes esportivos caminharam “pari passu com o progresso científico” (p. 363).

Até meados da década de 1920 eram primordialmente fundações científicas que financiavam expedições, como a tentativa de conquista do Everest. Se a revolução científica e tecnológica do século XIX alterou irremediavelmente uma série de atitudes humanas, talvez o tenha feito ainda mais particularmente no que se refere aos posicionamentos diante do “natural”: a compreensão mais detalhada dos mecanismos de funcionamento da natureza foi paulatinamente aproximando os seres humanos desses antes desconhecidos e hostis espaços. Mais ainda, o avanço científico reduziu a influência e os constrangimentos de natureza religiosa, mais uma importante dimensão tanto para o surgimento de novas formas de diversão quanto para uma nova ocupação e proximidade com o meio ambiente (DIAS; MELO; JUNIOR, 2007. p. 363-364)

Dias (2008, p. 55) menciona outro marco do desenvolvimento dos esportes de aventura. Segundo ele no cenário pós Segunda Guerra Mundial surgem “novas modalidades como o *mountain bike*, o vôo livre ou o *snowboarding*, além de algumas outras terem se submetido a profundas alterações quanto aos equipamentos, técnicas e concepções como é o caso do *rafting*, do surfe ou do montanhismo.

Para Fernandes (1998) essa relação mais intrínseca entre esporte e natureza remonta aos anos 1970 e nasce com a terminologia “esportes radicais”. Foi entre os praticantes de surf, que se aventuravam enfrentando ondas gigantes que “quebravam” próximo aos corais, o que tornava a prática deste esporte mais arriscada, mais “radical”. Ainda segundo a mesma autora, essa terminologia passou a ser empregada em outros esportes como o skate, *rafting*, *bungee jump*, rapel, alpinismo/montanhismo e muitos outros.

Por volta de 1980, inicia-se um movimento de organização destes esportes, principalmente no que diz respeito ao controle dos riscos envolvidos. Essa organização, segundo Fernandes (1998, p. 110), ocorre em função da “contribuição dos meios de comunicação, dos equipamentos de segurança utilizados e dos recursos empregados.

Já para Pereira e Armbrust (2010, p. 13) o surgimento destas práticas enquanto cultura esportiva ocorreu na década de 1990 “com a divulgação pela mídia, a oferta como atividade de lazer e turismo na natureza e a expansão globalizada do comércio em torno deles”. Mesmo

posicionando o surgimento dos esportes radicais na década de 1990, os autores reconhecem que estas práticas datam de mais de 2000 anos na história da humanidade, a exemplo do Surfe na Polinésia.

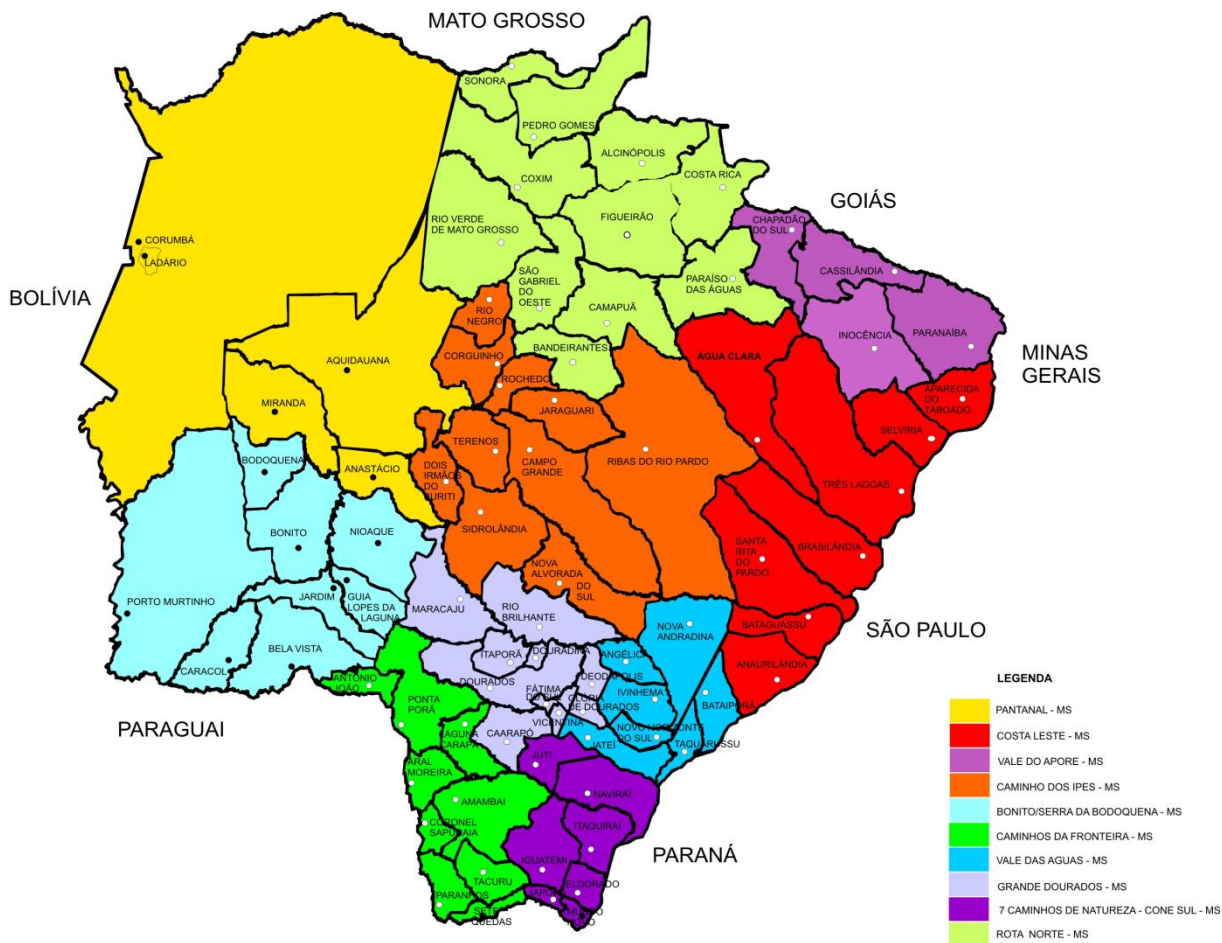
Essas divergências de datas demonstram o quão difícil é contextualizar essas práticas em um determinado espaço de tempo. O único consenso entre os autores é que essa relação homem-natureza sempre esteve presente na história da humanidade, seja na busca pela sobrevivência, na busca pelo conhecimento ou na busca pela superação dos seus limites.

1.4 ESPORTES DE AVENTURA EM MATO GROSSO DO SUL

Para Carvalho (2005, p.25), “As atividades praticadas em contato com a natureza podem ser consideradas um fenômeno do esporte mundial nas duas últimas décadas”, e em Mato Grosso do Sul podemos ver esse fenômeno se expandindo por meio de grandes eventos esportivos, como é o caso do Pantanal Extremo, uma competição com jogos de aventura, promovida pela prefeitura de Corumbá/MS e que em 2015 sediou também o Campeonato Mundial de Corrida de Aventura (*Adventure Racing World Championship/2015*), e que em 2016 completou sua 4ª edição.

O Estado de Mato Grosso do Sul possui uma extensão territorial aproximada de 357.145 Km², sendo dividido em 10 regiões turísticas que juntas compõem os 79 municípios do estado. Cada uma das 10 regiões (Pantanal, Costa Leste, Rota Norte, Caminhos da Natureza - CONESUL, Caminhos da Fronteira, Caminhos dos Ipês, Bonito – Serra da Bodoquena, Vale do Aporé, Grande Dourados e Vale das Águas), possui atrativos turísticos e esportivos ligados à temática da natureza e aventura, ou ao menos possuem possibilidades para tal (MATO GROSSO DO SUL).

Mapa1. Regiões turísticas de Mato Grosso do Sul.



Fonte: http://www.turismo.ms.gov.br/?page_id=152

A região onde os esportes de aventura já se consolidaram, porém sobre chancela do turismo, é a Serra da Bodoquena. Localizada na região sudeste do estado, a cidade de Bonito é destaque mundial.

Bonito iniciou a exploração dos seus atrativos por volta de 1970, por meio de seus moradores e familiares. Em 1983 iniciaram as visitas à Gruta do Lago Azul. Em 1988 iniciaram-se as atividades de descida do rio Formoso em botes infláveis, atividade hoje conhecida como *rafting*, conforme afirma Oliveira (2010, p. 75).

1988 – a prefeitura Municipal de Bonito desapropriou a área do atual Balneário Municipal, no intuito de fornecer possibilidades de lazer aos munícipes. Foi também à mesma época em que a prefeitura editou o primeiro folheto turístico do município. Além do Balneário Municipal, a Gruta do Lago Azul e a Ilha do Padre, os rios do Peixe e Sucuri e o Aquário Natural também começaram a receber turistas. O passeio de bote é o marco inicial de uma atividade turística mais organizada em Bonito, levando a abertura da primeira agência de turismo, a Happakany (dono do Hotel Bonanza) e os proprietários dos botes, que atuavam com rafting no rio Paraibuna/RJ.

Oliveira (2010) afirma ainda que atualmente Bonito possui 80 atrativos, com 130 passeios catalogados. No entanto, Lobo e Moretti (2008) acrescentam a essa conta outras possibilidades.

o número de passeios não corresponde ao número de atrativos em funcionamento, dado que em um mesmo atrativo podem ser executados diversos roteiros distintos, configurando produtos diferentes. Percebeu-se em campo que esse número pode superar a casa dos cento e cinquenta passeios, entre formais e informais (LOBO; MORETTI, 2008, p. 59)

Dentre os inúmeros passeios existentes em Bonito, os que mais se alinham a perspectiva dos esportes de aventura são o *rafting*, *trakking*, bóia cross, mergulho em rios e cavernas e rapel no Abismo Anhumas e na Gruta do Lago Azul.

Outra cidade bastante movimentada em Mato Grosso do Sul é Costa Rica. Distante cerca de 330 km da capital Campo Grande, sua área territorial de 4.526,38 km² abriga quatro reservas naturais: o parque estadual nascente do Rio Taquari, Parque Nacional das Emas, Parque Municipal da Laje e o Parque Municipal Salto do Sucuriú. Neste último predominam práticas com rapel, *rafting*, tirolesa e *trakking*. Destaque especial para a tirolesa da andorinha com 400 metros de extensão (COSTA RICA, 2015).

Para concluir este pequeno esboço das potencialidades sul-mato-grossenses para os esportes de aventura, opto não por citar mais um município, e sim um conjunto deles que compõem a região turística “Costa Leste” e que é composta pelos municípios de Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Selvíria, Bataguassu, Anaurilândia, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas.

Nesta região, com a ajuda dos estudos de Bersani (2008), é possível identificar inúmeros rios navegáveis e condizentes com esportes aquáticos, e ainda 06 cachoeiras favoráveis à prática de rapel, *trakking* e *rafting*. No entanto, não estou afirmado que essas atividades existam e sim que são possibilidades que deveriam ser estudadas, conforme a própria autora enfatiza ao dizer que “a carência de dados e estudos relativos à atividade turística na região, tanto da iniciativa privada como do poder público prejudicam a retórica da temática e sua análise” (p. 58).

Mato Grosso do Sul se mostra um estado bastante promissor em sua relação aos esportes de aventura, no entanto, ainda pouco se sabe sobre a participação das pessoas com

deficiência neste universo. O próximo capítulo apresentará mais informações sobre esta parcela da população.

CAPÍTULO 2. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Neste capítulo discorro sobre a pessoa com deficiência, em especial a pessoa com deficiência visual. Passaremos pelos contextos históricos que ajudaram a cunhar os conceitos aceitos e aplicados nos dias de hoje, entender como o estado de Mato Grosso do Sul esta inserido nesta perspectiva, os primeiros contatos com o esporte e a chegada aos esportes de aventura.

2.1 CONCEITUANDO DEFICIÊNCIA

O termo deficiência vem sofrendo o peso do tempo em seu significado. Entender o processo de evolução deste conceito nos possibilita compreender como a sociedade estabeleceu sua relação com as pessoas com deficiência.

Para Cidade e Freitas (2009, p.25) “as formas estereotipadas no discurso da vida cotidiana encontram recepção na sociedade que as perpetuam, reforçadas pelo uso e pelas circunstancia, refletindo, assim, a composição social”.

Sob essa mesma ótica fala Rossetti (2013, p. 19)

A estigmatização e segregação dos indivíduos com deficiência os levam a condição de fracos e incapazes, pois não se enquadram nos modelos produtivos do sistema capitalista. As limitações referentes a vida diária (vestir-se, comer e o cuidado com a higiene pessoal, etc.) são confundidas com as limitações referentes à vida social (namorar, estudar, trabalhar, etc.) O desafio desta sociedade passa a ser visualizar as pessoas em sua totalidade e não somente como portadora de certa limitação

E é nessa perspectiva de colaborar com um discurso que reflita uma composição social mais inclusiva e menos estereotipada que passo a discutir o conceito de deficiência.

Para Cidade e Freitas (2009, p. 22) deficiência é “qualquer restrição ou perda na execução de uma atividade, resultante de um impedimento, na forma ou dentro dos limites considerados como normais para o ser humano”

Sendo a pessoa que a possui, aquela que

apresenta, em caráter permanente ou temporário, alguma tipo de deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, condutas típicas ou altas habilidades, necessitando, por isso, de recursos especializados para desenvolver mais plenamente o seu potencial e/ou superar ou minimizar suas dificuldades (BRASIL, 1994, p. 22 apud CIDADE; FREITAS, 2009, p. 23)

No entanto, construir um termo que designe a pessoa com deficiência não foi tarefa fácil. Esses termos têm mudado ao longo da história. Termos como inválidos, incapacitados, incapazes, defeituosos, deficientes, excepcionais, pessoa deficiente, pessoa portadora de deficiência, pessoas com necessidades especiais, portadores de necessidades especiais, pessoas especiais, pessoas com deficiência, foram sendo construídos e evoluíram conforme o contexto histórico em que apareceram (CIDADE; FREITAS, 2009).

Cidade e Freitas (2009, p. 25) chamam a atenção para o fato de que “a construção social da deficiência passa (dentre outras formas) pelas palavras e seu sentido. Mas passa também pelas atitudes que podem ou não confirmar as palavras”.

Desta forma, para que possamos construir um entendimento social da deficiência pautado na dignidade da pessoa humana, primeiro se faz necessário conhecer tais deficiências para que possamos nortear nossas atitudes e palavras, sem que estas sofram a influência pejorativa da histórica.

E foi com este objetivo que o governo brasileiro reconheceu a competência do comitê da Organização das Nações Unidas - ONU a respeito da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporando a legislação brasileira em 2008, por meio do Decreto Legislativo 186, de 9 de julho de 2008, os termos desta convenção que trouxe a luz um novo conceitos sobre as pessoas com deficiência. Desta forma consideram-se pessoas com deficiência aquela

que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2011).

Ainda que a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência venha colaborar para a construção de um instrumento gerador e garantidor de direitos, a própria convenção reconhece que o conceito de deficiência esta em constante evolução, sendo o grande diferencial desta nova proposta e a superação de um conceito de deficiência baseado nas características anatômicas, fisiológicas e psicológicas para um conceito de base social e que resulta da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras físicas e atitudinais que a impedem de usufruir de uma plena participação da vida social (BRASIL, 2011).

Porém cabe ressaltar que ainda levará um tempo até que este novo conceito crie raízes, principalmente no campo acadêmicos/científico, onde muitos trabalhos ainda utilizam as definições médicas como parâmetros de avaliação e classificação.

Dito isto, podemos afirmar, segundo Winnick (2004) que as deficiências são divididas em Intelectual – definida como um desenvolvimento inferior a média, que pode se manifestar durante o período evolutivo, associado a uma disfunção comportamental; Auditiva, manifestada pela alteração da percepção do som em qualquer nível de intensidade; Física, que é a falha na estrutura ou função anatômica que afeta o movimento ou a locomoção de um indivíduo e Deficiência Visual, proveniente da limitação de perceber ou processar a informação luminosa, podendo esta limitação variar em diversos graus de acuidade visual e/ou classificação da redução da visão.

Antes de começarmos a falar sobre a Deficiência Visual especificamente, vamos ver como se deu a evolução histórica da deficiência de um modo geral.

2.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A DEFICIÊNCIA

Ao se falar em deficiência, primeiro precisamos entender que os conceitos existentes ou que existiram estão correlacionados ao período histórico em que foram cunhados e possuem uma forte relação com o nível de conhecimento sobre a deficiência e a construção social em torno dela. Para Cidade e Freitas (2009, p. 25) “a construção social da deficiência passa (dentre outras formas) pelas palavras e seu sentido. Mas passa também pelas atitudes que podem ou não confirmar as palavras”.

Desde as sociedades primitivas, a pessoa com deficiência convive com certos estigmas. Podemos afirmar que alguns desses estigmas possuem suas origens diretamente ligadas a um determinado momento histórico, o que gerou determinados tipos de comportamento em relação a esta parcela da população. Além das pessoas com deficiência, idosos e doentes também eram submetidos a tratamentos diferenciados, ora com tolerância, apoio, assimilação ora com eliminação, destruição e menosprezo (CIDADE; FREITAS, 2009).

Em relação aos momentos históricos mais significativos na construção da identidade e dos paradigmas e estigmas que acompanham a pessoa com deficiência podemos destacar os seguintes.

Nas sociedades primitivas, marcadas principalmente pela luta pela sobrevivência, era pautada no ataque e destruição do inimigo, o que fazia com que “as pessoas com deficiência fossem relegadas à própria sorte, o que se constituía uma forma de seleção natural” (SILVA, 2015, p. 28).

Roma e Grécia (500 a.C a 400 d.C) é outro exemplo de como essas identidades eram entendidas. Segundo Silva (2015) na Grécia, sociedade cujo culto ao corpo perfeito possuía relação com a defesa da pátria, aqueles que apresentassem algum tipo de deficiência eram eliminados, não sendo considerados dignos de viver. Enquanto isso em Roma essa população era, muitas vezes, explorada, sendo submetidas a humilhações, inclusive sendo expostas como atrações de circos e feiras.

Com o advento do cristianismo, começa vigorar a ideia de que todos somos filhos de Deus, portanto merecedores da vida. No entanto, conforme menciona Silva (2015, p. 29)

pautando-se na dicotomia corpo-alma e na metafísica de natureza negativa/punitiva ligadas à rejeição divina, o moralismo cristão-católico concebia a deficiência como um castigo divino, conferido à família em decorrência de pescados ou uma possessão demoníaca.

Nesse período, aqueles que nasciam com alguma deficiência eram isolados pela família sendo guardados em casa, porões e muitas vezes entregues aos cuidados da igreja e mantidos em mosteiros pelo resto da vida (CIDADES; FREITAS, 2009; SILVA, 2015).

Durante o século XVI, tem-se início os primeiros estudos científicos a cerca das deficiências. Ao longo dos XVII e XVIII, os estudos se intensificaram e contribuíram para uma mudança em relação as pessoas com deficiência. Já no Século XX, reformas sociais e guerras fizeram esse tema ser alçado a categoria de políticas governamentais (CIDADES; FREITAS, 2009; SILVA, 2015).

O ápice desse movimento se dá no período pós II guerra mundial, quando inúmeros militares retornam a seus países fazendo com que o número de pessoas com deficiência, principalmente física, aumentasse exponencialmente. Agora, não eram mais apenas pessoas com deficiência e sim heróis de guerra, feridos em combate. Essas pessoas necessitavam de tratamento clínico e um trabalho que possibilitasse sua reintegração a sociedade. A via de acesso encontrada tanto para a reabilitação quanto reintegração foi o esporte, tema que veremos mais adiante (ARAÚJO, 2011).

2.3 DEFICIÊNCIA VISUAL: ENTENDIMENTOS

Antes de nos apropriarmos de um conceito específico de deficiência visual, é preciso entender que existe, basicamente, quatro formas de se classificar a deficiência visual. A primeira delas é a classificação legal, temos também a médica, depois a educacional e então a esportiva.

Para definir a classificação Legal, ou seja, aquela constituída por força de lei, temos o Decreto nº 5296 de 2 de Dezembro de 2004 que através do Art. 70 dá nova redação ao Art. 4 do Decreto nº 3.298 de 20 de Dezembro 1999. Este decreto refere-se a classificação das deficiências Física, Auditiva, Visual e Mental. No entanto como o interesse deste trabalho é pela deficiência visual passo a reproduzir apenas o inciso III do Art. 70 deste decreto:

Art. 70. O art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 4º

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

Nota-se que a definição legal para deficiência visual a dividi em dois grupos – Cegueira e Baixa Visão. O que acontece também nas classificações médica e educacional. A exceção fica por conta da classificação esportiva que esta divide em três categorias (B1, B2 e B3).

A classificação médica, como mencionado acima, também apresenta dois grupos: Cegos e Baixa Visão. No entanto, Taleb (2012, p. 10) esclarece que “existem quatro níveis de função visual” – visão normal, deficiência visual moderado, deficiência visual grave e cegueira. O mesmo autor ressalta que “deficiência visual moderada combinada com deficiência visual grave são agrupadas sob o título “baixa visão”. Baixa visão, em conjunto com a cegueira, representam a deficiência visual”.

Apesar de a classificação médica dividir a deficiência visual em Baixa Visão e Cegueira, para se definir exatamente o que é cegueira e o que é baixa visão, Taleb (2012, p. 10) afirma que

Dois componentes da função visual são usados como parâmetro para avaliar a deficiência visual: a acuidade visual (a maior capacidade de discriminar dois pontos a uma determinada distância) e campo visual (a amplitude do espaço percebido pela visão)

Para melhor esclarecer esta subdivisão apresentamos o quadro elaborado por Cidade e Freitas (2009, p. 70).

Quadro 3. Classificação da deficiência visual

Classificação da deficiência visual		Acuidade visual com a melhor correção possível	
		Máximo inferior a	Mínimo igual ou melhor que
Baixa Visão	1	3/10 (0,3)	1/10 (0,1)
	2	1/10 (0,1)	1/20 (0,05)
Cegueira	3	1/20 (0,05)	1/50 (0,02)
	4	1/50 (0,02) conta os dedos a 1 m	Percepção de luz
	5	Sem percepção de luz	
9		Indeterminada, não especificada	

Fonte: Cidade e Freitas (2009, p. 70).

A terceira classificação que mencionamos é a educacional. Assim como as demais apresentadas até o momento, se divide em dois grupos Cegos e Baixa Visão. A diferença é que a classificação leva em conta a forma de aprendizagem que o aluno com deficiência visual se baseia, ou seja:

1. aluno com baixa visão: é o indivíduo com dificuldades para desempenhar tarefas visuais, necessitando de auxílios ópticos, como óculos, lupas e telescópios. Há ainda a possibilidade de se utilizarem de auxílio não ópticos como cadernos de pautas mais largas, ampliação das fontes/caracteres em impressos, mapas, livros falados etc.
2. aluno cego: é o indivíduo que mesmo tendo alguma percepção de luz, sua aprendizagem está baseada no sistema Braille podendo ser auxiliado também por conjunto manual de reglete e punção, máquina de datilografia especial (7 teclas), tablado para cálculo, computadores providos de programas específicos como pro exemplo o DOSVOX (CIDADE; FREITAS, 2009, p. 70-71).

A quarta classificação a ser apresentada é a esportiva. Esta classificação passa pela classificação funcional do esporte cujo objetivo é

assegurar a legítima participação de atletas com deficiências, independente da natureza e o grau da deficiência, assim a classificação utilizada no esporte paralímpico constitui-se em um nivelamento entre os aspectos da capacidade física e competitiva, colocando as deficiências semelhantes em um grupo determinado (CARDOSO; GAYA, 2014, p. 134)

Ao se organizar os atletas de forma que eles possam competir em condições de paridade, dá-se ao esporte um equilíbrio que não existira sem tal classificação. E isso se dá

“após uma análise do potencial de ação de cada atleta, incluindo avaliação de tronco, propulsão na cadeira de rodas, drible, arremesso e rebote, através de testes e avaliação em situação de jogo” (CARDOSO; GAYA, 2014, p. 138)

Desta forma, segundo Cardoso e Gaya, (2014, p. 139), cada modalidade esportiva “determina seu próprio sistema de classificação”, sendo a equipe responsável por essa classificação composta por três membros: um médico, um fisioterapeuta e um professor de Educação Física e realizada sobre os aspectos médico, funcional e técnico.

No que tange a deficiência visual, a entidade responsável pela classificação funcional dos atletas é a *International Blind Sports Association* (IBSA), desta forma a letra B, de *blind* (cego em inglês) é usada para definir as categorias que passo a descrever, segundo Cidade e Freitas (2009, p. 71)

B1 – desde a inexistência de percepção luminosa em ambos os olhos, até a percepção luminosa com incapacidade para distinguir formas em qualquer distância e em qualquer direção;

B2 – desde a capacidade para reconhecer a forma de uma mão até a agudeza visual de mais 2/60 metros, ou um campo visual inferior a 5 graus.

B3 – desde uma agudeza superior a 2/60 até 6/60 metros e um campo visual de mais de 5 graus e menos de 20 graus

Cardoso e Gaya (2014, p. 141) nós lembra ainda que

Em algumas modalidades do esporte para deficientes visuais existem adaptações diferentes em relação a outras deficiências, tais como uso da venda por todos os atletas de Goalball, independente da classificação, no atletismo, alguns atletas podem fazer uso de um atleta guia, e no judô os atletas já iniciam na posição inicial da luta

2.4 BREVE HISTÓRICO SOBRE A DEFICIÊNCIA VISUAL

Medo, superstição, castigo divino, dom superior. Estes foram alguns dos termos que acompanharam as pessoas com deficiência visual ao longo da história, fazendo-a percorrer caminhos que iam do tratamento depreciativo a veneração (DORNELES, 2007; CIDADE E FREITAS, 2009).

Algumas civilizações antigas consideravam a pessoa cega como portadora de um castigo lançado por Deus para que a família pudesse ter uma pequena amostra de tamanho dos seus pecados. Outras Sociedades consideravam a cegueira um dom, cuja capacidade era de

olhar para dentro do ser, para a alma do homem, alcançando assim uma transcendência em relação aos seres mundanos (DORNELES, 2007).

Contribuindo com esta ideia Orrico, Canejo e Fogli (2009, p. 117) ressaltam que

o homem busca explicar os fenômenos e as características especiais de outros seres humanos a partir do contexto da semelhança, da norma. Isso faz com que haja um desnível da relação com aqueles que são diferentes do padrão. Aí, então, é que se instala o paradoxo: o diferente é considerado divino, uma pessoa com poderes especiais, o cego sábio, o adivinho, ou, então, o pecador castigado por Deus, não merecedor de partilhar dos ambientes sociais como os demais membros do grupo.

Nesta mesma perspectiva, Rossetti (2013, p. 20) lembra que “o conhecimento sobre as deficiências é insuficiente, se não ocorrer uma análise das determinações sociais, isto é, torna-se necessário analisar o ambiente social e econômico.”

Foi na França do século XVIII, apesar de haver relatos anteriores sobre iniciativas educacionais voltadas aos cegos, que ocorreu uma sistematização do ensino para cegos com a criação da primeira escola, idealizada por Valentin Haüy e o lançamento do primeiro livro voltado para o ensino dos cegos cujo autor foi Jacques Bernovilli (ORRICO; CANEJO; FOGLI, 2009).

Sobre este período, Dorneles (2007, p. 25) menciona que “Criando o Instituto Real dos Jovens Cegos, Haüy passou para a história como primeiro professor de deficientes visuais, sendo sua contribuição basicamente a da leitura tátil da língua francesa em alto-relevo”.

Mas foi a partir da criação do sistema Braille que a educação da pessoa com deficiência visual avançou, permitindo-lhes conquistar cada vez mais direitos.

Em 1829, Louis Braille, então aluno de Valentin Haüy, adapta um sistema compostos por códigos de sinais em relevo, criado para ser usado pelos militares franceses. O sistema original possuía um esquema com doze pontos e Louis, após estudar este sistema, o reduz para seis pontos criando o que hoje conhecemos como Sistema Braille (DORNELES, 2007).

Segundo Orrico, Canejo e Fogli (2009, p. 117) “é interessante observar que apesar de hoje ser mundialmente disseminado, o Sistema Braille levou mais de duas décadas para ser plenamente aceito na França”.

No Brasil, a educação de pessoas com deficiência visual se deu através de

José Álvares de Azevedo, um jovem cego brasileiro, de família de alto poder aquisitivo, realizou seus estudos na França durante seis anos através do sistema Braille. Retornando para o Brasil, alfabetizou por esse sistema a filha do médico do Paço Imperial, Dr. Xavier Sigaud, sendo levado por intermédio desta à presença do imperador D. Pedro II (DORNELES, 2007, p. 26).

Em setembro de 1854, D. Pedro II assina o decreto imperial nº 1428 e cria o Imperial Instituto de Meninos Cegos, no Rio de Janeiro. Com a mudança do império para república, o instituto passa a se chamar Benjamin Constant, sendo, até 1926, o único responsável pela educação dos deficientes visuais no Brasil. Em 1926 é inaugurado, em Belo Horizonte, o Instituto São Rafael. Em 1933 o Instituto para Cegos da Bahia e em 1938 surge o Instituto para Cegos Padre Chico, em São Paulo (DORNELES, 2007; ORRICO; CANEJO; FOGLI, 2009).

Para não deixar de mencionar a análise do ambiente econômico de que fala Rossetti (2013), a própria autora menciona que “a estigmatização e segregação dos indivíduos com deficiência os levam à condição de fracos e incapazes, pois não se enquadram nos modelos produtivos do sistema capitalista (p. 19)”. Desta forma a pessoa com alguma deficiência é também considerada incapaz para o mercado de trabalho sendo-lhe retirada a oportunidade de ser autônoma e independente. “Na realidade a questão econômica contribui para a atitude manifesta e/ou latente do preconceito (p. 23)”.

2.5 DEFICIÊNCIA VISUAL EM MATO GROSSO DO SUL

Mato Grosso do Sul foi criado em 1977, por força da Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro, assinada pelo então presidente Ernesto Geisel. Em 31 de março de 1978 assumiu como primeiro governador o engenheiro Harry Amorim Costa.

No entanto, foi anos antes, no ainda Mato Grosso que

Vindo de outras paragens, chegava em 1956 a Campo Grande (que depois se tornaria capital do novo estado) Florivaldo Vargas, desprovido de visão, mas com espírito irradiante de luz, renunciando a capacidade laborativa do cego e a vontade de lutar pela conquista de dias melhores. Ali chegando, Florivaldo Vargas constatou que nessa cidade os cegos eram marginalizados, vivendo enclausurados, uma vez que aqueles que os cercavam desconheciam ser possível oferecer-lhes oportunidades iguais às de cidadãos comuns. Em 4 de fevereiro de 1957, materializa-se o IMC, tendo como lema “Assistência, Educação e Trabalho”(DORNELES, 2007, p. 28).

O IMC, Instituto Mato-Grossense para Cegos, inicialmente enviava crianças com deficiência visual para serem atendidas pelo Instituto Benjamin Constant no Rio de Janeiro. No entanto, em face das inúmeras dificuldades encontradas à época, foi necessário encontrar

formas mais viáveis de continuar o trabalho de assistência a população cega do, então, Mato Grosso. Florivaldo Vargas envia, então, a São Paulo, em 1962, a recém formada professora normalista Nazareth Mendes Silva para frequentar o curso de formação de professores especializados para educação de deficientes visuais. Foram 1.970 horas-aula, no Instituto de Educação Caetano de Campos (DORNELES, 2007).

Apesar de seu pioneirismo, ao retornar para o estado, a professora Nazareth enfrentou grandes dificuldades, pois mesmo com publicação, em 1961, da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação que garantia o direito da pessoa com deficiência a frequentar as salas de aulas de uma escola regular, somente em 1964 esse direito se torna uma realidade. Em 1994, já no novo estado de Mato Grosso do Sul, a secretaria de Estado de Educação assumiu a responsabilidade sobre a educação da pessoa com deficiência visual (DORNELES, 2007).

Segundo Dorneles (2007) essa responsabilidade foi colocada a cargo do Centro de Apoio Pedagógico – CAP, que em 1996 é redimensionada para atender as diretrizes da nova LDB. Após sofrer algumas mudanças ao longo dos anos, em 2002, o Centro de Apoio Pedagógico, ganha autonomia financeira. Até o final da pesquisa de Dorneles (2007) a autora afirmar que existiam em Campo Grande/MS quatro salas de recursos pedagógicos para atendimento das pessoas com deficiência visual.

CAPITULO 3 - O ESPORTE ADAPTADO

Antes de entender como os Esportes de Aventura evoluíram, a ponto de hoje, diversos profissionais buscarem sua adaptação para oferecê-los às pessoas com deficiência, primeiro é preciso entender como surgiu o esporte adaptado.

3.1 BREVE HISTÓRICO

As primeiras experiências com os esportes adaptados surgiram no final do século XIX, voltados às pessoas com deficiência auditiva. Araújo (2011, p. 63) cita que “por volta de 1870, as escolas do Estado Ohio, EUA, tornaram-se as primeiras a oferecer beisebol para surdos, e o Estado de Illinois introduziu o futebol em 1885”. Têm-se registros que, enquanto competição, foi em Berlim na Alemanha no ano de 1888 que os primeiros jogos para surdos começaram, porém a primeira competição oficial, internacional, se deu em 1924, na França, a qual ficou conhecida com jogos do silêncio (ARAÚJO, 2011; SILVA, 2015).

Mas foi após a I Guerra Mundial, que a relação do esporte com a pessoa com deficiência começa a ganhar notoriedade. Neste período, diversos ex-combatentes alemães que haviam regressado da guerra com sequelas físicas e psicológicas, buscam na atividade esportiva, segundo Araújo (2011, p. 64), uma forma de “alívio dos horrores da guerra e do tédio das longas internações a que eram submetidos”. No entanto, o mesmo autor reforça que estas práticas foram isoladas e que este movimento não prosperou após os pacientes receberem alta médica.

De acordo com Araújo (2011, p. 64) esse movimento retorna após a segunda guerra mundial, agora como um mecanismo pensado para “reabilitação dos soldados envolvidos em guerras”. Silva (2015, p. 97) destaca que “Diante do ambiente de tédio, e o prolongado tempo que os veteranos de guerras passavam no interior dos centros de reabilitação, surge uma nova perspectiva de atividade, o esporte sobre cadeiras de rodas”.

Essa intervenção ocorreu no Centro Nacional de Lesionados Medulares do Hospital de *Stoke Mondeville*, e foi difundida pelo neurologista e neurocirurgião Dr. Ludwig Guttmann. Foi neste mesmo hospital e sobre a supervisão do Dr. Guttmann que em 1945 é instituído o primeiro programa de esportes em cadeiras de rodas, que mais tarde, em 1948, dá origem aos primeiros jogos de *Stoke Mondeville*, que contaram com modalidades como tiro ao alvo, lançamento de dardo e arco e flecha. Esta primeira edição dos jogos ocorreu em Londres,

paralelamente aos jogos olímpicos, começa aí a história do paradesporto olímpico (ARAÚJO, 2011; SILVA, 2015).

Oficialmente foi em 1960, durante a 9ª edição dos jogos internacionais de *Stoke Mondevill*, realizada imediatamente após o encerramento dos Jogos Olímpicos de Roma que este evento passou a ser chamado de Jogos Paralímpicos. Em relação a este fato Araújo (2011, p. 68) menciona que

esse evento contou com quatrocentos participantes de 23 países, dos quais 230 eram competidores. Contou com o apoio do Comitê Olímpico Italiano (COI), tendo a primeira-dama italiana, dona Carla Gronchi, como madrinha. Esse evento marca o envolvimento político e social das autoridades e personalidades

No Brasil, as primeiras experiências reproduziram o modelo internacional. Foi em busca de reabilitação que Robson Sampaio de Almeida e Sérgio Serafim Del Grande, respectivamente residentes do Rio de Janeiro e São Paulo, se trataram nos EUA e ao retornarem ao Brasil fundaram clubes de apoio às pessoas com deficiência. No Rio de Janeiro, Robson Sampaio funda o clube do Otimismo e em São Paulo Serafim Del Grande funda o Clube dos paraplégicos (ARAÚJO, 2011; SILVA 2015).

Anterior a Robson Sampaio e Serfim Del Grande, ocorreu em 1957 um evento intitulado 1ª Olimpíada Nacional de Surdos-Mudos, sendo considerado o primeiro evento esportivo destinado às pessoas com deficiência. Para os deficientes visuais a primeira modalidade oferecida foi o goalboll, no Clube de Apoio ao Deficiente Visual (CADEVI) em São Paulo. Em 1987 acontece, em Belo Horizonte, o primeiro Campeonato Brasileiro de Goalboll. Neste ano já existia a Associação Brasileira de Desportos para Cegos, fundada desde 19 de janeiro de 1984 (SILVA, 2015).

Partindo das experiências ocorridas por ocasião da primeira guerra mundial, passando pelos estudos do Dr. Guttmann e a contribuição de Robson e Serafim para o Brasil, a pessoa com deficiência vem alcançado cada vez para acesso em termos esportivos chegando até mesmo as práticas que envolvem os Esportes de Aventura, tema de nosso próximo item.

3.2 ESPORTE DE AVENTURA E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Apesar de parecer algo distante, a relação entre esportes de aventura e a pessoa com deficiência é algo que já vem sendo estudado no Brasil. Autores como Carvalho (1999; 2005), Costa Junior (2006), Nunes et al. (2008), Custódio (2009), Minussi (2010) são alguns dos muitos que tem estudado este tema de maneira mais sistematizada.

Silva (2015, p. 114) ao falar sobre Esportes de Aventura lembra que

Dentre os esportes possíveis de serem trabalhados com pessoas com deficiência podem ser citados aqueles desenvolvidos no contexto terrestre e aquático, com graus variados de estabilidades/instabilidade (trilhas em relevo acidentado, represa, rios, mares, cachoeiras, corredeiras, cavernas e montanhas) e em diferentes planos horizontal, inclinado e vertical (ascendente, e descendentes)

Atualmente quem controla e organiza o esporte paralímpico e não-paralímpico para deficientes visuais no Brasil é a CBDV – Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais. Oficialmente são ofertadas pela confederação, cinco modalidades, três paralímpicas: Futebol de 5, *Goalball* (masculino e feminino) e Judô; e duas não-paralímpicas: Futebol B2/B3 e *Powerlifting*. No entanto, é impossível precisar o número exato de modalidades esportivas que vem sendo adaptadas para pessoas com deficiência visual, um desses exemplos vêm dos esportes de aventura.

A chegada dos esportes de aventura até a pessoa com deficiência visual pode ter relação com o próprio avanço destes esportes ao público em geral. Segundo Silva (2015) esse interesse pelos esportes de aventura teve um incremento de 10% a 30% nas ultimas décadas, existindo mais de 8.276.118 praticantes de esporte de aventura registrados no Brasil, entre praticantes habituais e ocasionais.

Para Costa Junior (2006) esse avanço recebeu grande auxílio da mídia por meio dos inúmeros programas de televisão, jornais, revistas e sites na internet que passaram a transmitir os feitos dos atletas radicais e dos eventos esportivos que se espalharam.

Outro motivo para que estes esportes tenham chegado às pessoas com deficiência, segundo Carvalho (2005, p. 25) é porque, apesar dos riscos envolvidos, estes esportes

tem demonstrado cada vez mais que nem a idade, sexo, biotipo ou deficiências de qualquer natureza são fatores limitantes ou de impedimento à prática destas atividades.

Outro fato é que estes esportes, assim como os esportes adaptados, “vem evoluindo ao longo dos anos, motivado pelo espírito de superação, quebra de paradigmas e preconceitos da sociedade” (MINUSSI, 2010, p. 15).

Portanto, os esportes de aventura são uma realidade entre os deficientes visuais e precisam de profissionais capacitados para lidar com essa demanda a fim de torná-los cada vez mais acessíveis às pessoas com deficiência, de forma a romper com os paradigmas construídos ao longo da história, contribuindo, conforme afirma Custódio (2009, p. 25), para a

busca da “essência de cada ser humano, a preservação da individualidade e o respeito às diferenças, sem a imposição de um determinado estereótipo de comportamento”.

Para que isso possa acontecer sem colocar em risco a vida das pessoas com deficiência visual, ou qualquer outra deficiência, considerando que os esportes de aventura possuem o elemento risco consideravelmente mais alto que em outros esportes por eles praticados, foram sendo desenvolvidas ao longo dos anos diversas metodologias que contribuíram para a efetivação deste trabalho, dentre eles podemos elencar alguns exemplos com base em Munster (1993), Carvalho (2005), Minussi (2010).

1) Não iniciar o trabalho, diretamente nas atividades fins propostas

O objetivo deste item é que haja uma escala de complexidade das atividades, partindo das menos complexas para as mais complexas a fim de evitar possíveis traumas e constrangimentos aos participantes. Desta forma, a cada objetivo vencido a confiança para enfrentar novos desafios é aumentada.

2) Buscar ampliar o repertório motor do aluno

Toda atividade física/esportiva requer um determinado repertório motora, desta forma, estimular a ampliação deste repertório contribui para a autoestima do participante e para o sucesso de uma atividade segura.

3) Utilização sistematizada de outras modalidades esportivas, jogos de cooperação e principalmente fragmentação do conteúdo específico proposto.

A utilização de outras modalidades esportivas e jogos é ferramenta interessante no aprendizado de diversas habilidades necessárias a prática de esportes de aventura, sem que o participante perceba essa relação, o que contribui para a carga de estresse ligado ao fator risco destas atividades.

4) exploração do próprio corpo e dos equipamentos envolvidos na modalidade proposta (rapel, *traking*, escalada)

Ao conhecer os equipamentos e as respectivas partes de seu corpo que estarão diretamente relacionadas com os equipamentos, o participante compreende melhor a técnica e buscar sua correta utilização para uma atividade mais eficiente.

- 5) preparação de grupos distintos – professore/alunos x deficientes visuais;

O objetivo desta separação se dá pela necessidade de preparação específica daqueles que atuaram como guias, ou seja, para estes além das técnicas que serão utilizadas no esporte, ainda há conteúdos específicos como orientação e mobilidade, que devem ser ministrados.

- 6) desenvolver um paralelo entre as capacidades físicas – equilíbrio, força – e as atividades de cada modalidade;

Sempre que um exercício foi proposto, é importante mencionar em qual situação, durante a prática esportiva de aventura, esta capacidade poderá ser exigida. Desta forma, possibilita que o aluno construa um mapa de suas habilidades e possa assim tomar as decisões que melhor lhe couber, quando esta for exigida.

- 7) utilização de auxílios sonoros, marcas táteis e o apoio sinestésico;

A utilização destes recursos é de grande importância para possibilitar uma melhor orientação espacial e ainda como instrumento auxiliar na identificação de obstáculos.

- 8) conhecimento prévio do ambiente através de planta em revelô ou maquete

Sempre que possível, a utilização de uma maquete é importante para permitir que os participantes tenham conhecimento geral do ambiente que irão encontrar. Isso contribui para elaboração de representações mentais que permitia ao participante adaptar-se mais rapidamente a proposta.

A forma que encontramos de colocar em prática todas essas metodologias e conhecimento foi através dessa proposta que desenvolvemos ao longo de 2016 e que deu origem a este trabalho. Destaco, no entanto, que nem todas foram utilizadas, mas que contribuíram para o desenvolvimento de uma sequência pedagógica de ensino particular a este trabalho. Na sequência apresentaremos nossa experiência e os resultados obtidos.

CAPITULO 4 – METODOLOGIA

Para a efetivação deste projeto, a proposta foi apresentada aos diretores do ISMAC e também ao Comando do Corpo de Bombeiros Militares e a uma empresa especializada em Esportes de Aventura com quem foram realizadas as parcerias para viabilizar a pesquisa.

Vencida estas etapas, o projeto foi apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que emitiu o parecer número 1.432.771, aprovando a proposta.

Na sequência, foram programadas oficinas temáticas as quais apresentaram aos participantes todos os equipamentos que seriam utilizados em nossa prática, suas respectivas funções, seus mecanismos de funcionamento e as técnicas corretas de utilização. Estas oficinas foram ministradas semanalmente, em encontros de 60 minutos, entre os meses de Março e Novembro de 2016, culminando com a atividade principal em novembro, sendo realizada na Cachoeira do Inferninho, distante, às margens da rodovia CG 040, distante 15 km do centro de Campo Grande/MS.

4.1 TIPO DE PESQUISA

Com base em Thomas e Nelson (2002) esta pesquisa se caracteriza como qualitativa de cunho descritiva e exploratório.

Qualitativa, uma vez que está sendo desenvolvida em ambiente do dia-a-dia, no nosso caso, o campus da UFMS, na sede do ISMAC, parques e ambientes naturais existentes em Campo Grande/MS. Também por possuir um foco voltado ao método interpretativo, buscando a essência do fenômeno e tendo o pesquisador que observar e coletar dados no campo, sem que haja manipulação das variáveis, inexistindo hipóteses preestabelecidas, esforçando-se para desenvolver tais hipóteses a partir da observação (THOMAS; NELSON, 2002).

4.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para a coleta dos dados utilizamos inicialmente o questionário elaborado pelos pesquisadores (apêndice 3) que nos permitiu ter um conhecimento prévio dos participantes, caracterizando-os conforme apresentado no quadro 4 e assim direcionar nossas ações.

Ao final dos trabalhos, realizamos um Grupo Focal, que segundo Godin (2003, p. 151) é um “recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos”. No apêndice 4 é possível visualizar as questões que nortearam esta etapa.

Ao longo do processo, também foi utilizado um diário de campo, que serviu para registrar e analisar a sequência pedagógica adotada, bem como foi possível registrar as impressões dos pesquisadores referente a evolução dos participantes em cada uma das oficina e ainda a correlação destas atividades com o seu cotidiano. Desta forma, foi possível ajustar as propostas metodológicas de outros autores à realidade deste grupo em participar.

Para a análise dos dados optou-se pela prática convencionada por Bardin (2010, p. 89) como análise de conteúdo uma vez que é através da fala que uma pessoa expressa sua vontade livremente ou como o próprio autor disse expôs a “encenação livre daquilo que esta pessoa viveu, sentiu e pensou a propósito de alguma coisa”.

Posterior a etapa apresentada acima, buscou-se, ainda em Bardin (2010, p. 145) subsídios que nos permitiram criar uma categorização, que segundo a autora nada mais é que operar uma “classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia)”. Optou-se, assim, pelo critério de categorização semântica, ou melhor, dizendo por tema, assim investigou-se o que cada elemento tinha em comum com os demais nos permitindo chegar as seguintes categorias: 1) Aproximação com os esportes de aventura; 2) Processo de aprendizagem e 3) Interação social.

4.3 UNIVERSO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, cuja população atual é estimada em 863.982 habitantes. Segundo dados do IBGE (2010) Campo Grande possui uma população auto declarada deficiente de 224.392 pessoas, destas, 130.334 declararam possuir algum grau de deficiência visual o que corresponde a 16.5% da população campo-grandense, estando assim divididas: 1.383 pessoas não enxergam de modo algum (cegos totais), 20.104 enxergam com grande dificuldade e 108.847 enxergam com alguma dificuldade (IBGE, 2010).

Além do Instituto Sul-Mato-Grossense para Cegos Florivaldo Vargas – ISMAC, Campo Grande conta também com uma Associação dos Deficientes Visuais de Mato Grosso do Sul – ADVIMS, ambos com administração independente e ainda com um Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP-DV/MS). Este último ligado a Secretaria de Educação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

4.4 POPULAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Após a apresentação inicial do projeto, quando estiveram presentes 12 pessoas, o projeto teve início com 11 participantes voluntariamente, e todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como um Termo de Autorização para Uso de Imagem. O questionário foi respondido no primeiro dia de intervenção, permitindo caracterizar os participantes e nortear as próximas ações. Dos 11 indivíduos que iniciaram o projeto, apenas 7 concluíram a proposta. Dos 4 desistentes, 2 alegaram incompatibilidade de horário e 2 não mencionaram as razões da desistência.

Nota-se pelo quadro 4 que todos os participantes possuíam idade superior a 30 anos. Quanto ao sexo, 4 eram feminino e 3 masculino. Todos praticam atividade física e apenas 2 possuíam baixa visão.

Quadro 4. Caracterização dos Sujeitos

Participante	Sexo	Idade	Estado Civil	Tipo de Deficiência	Congênita ou adquirida	Experiência anterior com esporte de aventura	Prática Atividade Física
P1.	Masculino	41	Casado	Cegueira total	Adquirida	Trakking	Judô e Goalboall
P2.	Feminino	30	Casada	Cegueira Total	Adquirida	Trakking	Judô e Goalboall
P3.	Feminino	32	Solteira	Cegueira Total	Adquirida	Nenhuma	Caminhada e Musculação
P4.	Feminino	31	Solteira	Baixa Visão	Adquirida	Nenhuma	Caminhada e Musculação
P5.	Feminino	45	Casada	Cegueira Total	Congênita	Nenhuma	Caminhada e Musculação
P6.	Masculino	46	Solteiro	Baixa Visão	Congênita	Nenhuma	Musculação
P7.	Masculino	36	Casado	Cegueira Total	Congênita	Escalada em muro artificial	Goalboall

Além de conhecer os participantes, a aplicação do questionário nos permitiu obter alguns resultados que auxiliaram na elaboração dos planos de aula que se seguiram. Foi possível compreender entre outras coisas o nível de contato dos alunos com os esportes de modo geral e também o nível de conhecimento e contato anterior com os Esportes de Aventura, fato que serão discutidos a frente.

CAPÍTULO 5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo apresentaremos, juntamente com a literatura estudada, os resultados e as discussões frutos dos dados obtidos, tanto por meio do questionário quanto do grupo focal e dos registros do diário de campo.

5.1 EXPERIÊNCIAS

Como primeiro resultado encontrado, podemos nos atentar para o quadro 4 que nos mostrou que todos os participantes da pesquisa praticavam algum tipo de atividade física, portanto possuíam certa experiência no campo esportivo, sendo inclusive atletas representantes do ISMAC em competições estaduais e nacionais. No entanto, apenas 3 deles tiveram alguma experiência anterior com esportes de aventura, apesar de todos já terem ouvido falar nestes tipo de esporte, seja pela televisão ou por meio de amigos e familiares que praticaram estes esportes.

Este fato, observado inicialmente no questionário, foi retomado ao longo no grupo focal, sendo trazido por um dos participantes, como segue:

“[...] nunca tivemos a oportunidade, tivemos algumas promessas não cumpridas [...] se não fosse você, talvez agente jamais iria viver isso, porque as pessoas não dão oportunidade, [...] é só ter a oportunidade de fazer, porque agente não é super herói, o cego não é super herói. Mas como as pessoas não... as vezes não acreditam ou não dão oportunidade, quando elas vê o cego fazendo elas acham que o cego é... nossa! As vezes ficam supervalorizam” (Participante 7).

Esta fala parece ecoar o que Costa (2009) afirma quando fala que o processo de inclusão só irá ocorrer quando os dois lados desta moeda reagirem, de modo que a sociedade ofereça a este público oportunidades em todos os aspectos, e do mesmo modo, este público se organize, resista e demonstre seu valor, seus anseios e sua dignidade reivindicando oportunidades em todas as esferas da vida social.

Esta percepção a cerca da falta de oportunidade e o modo como os participantes assimilaram isso será debatido logo mais a frente.

5.2 SEQUENCIA PEDAGÓGICA

Para cada encontro foi elaborado um plano de aula cujo alicerce se encontra mencionado do item 3.2 deste trabalho. A partir da análise das bibliografias disponíveis, sistematizamos uma sequência de trabalho específico para esta pesquisa, que foi empregada

na presente pesquisa, sendo detalhada no diário de campo para análise de possíveis alterações e ocorrências envolvendo os participantes da pesquisa. Na sequência apresentamos os elementos trabalhados e os estudos que nos ofereceram o embasamento para essa escolha:

- 1) Estabelecimento de um sistema de comunicação clara e objetiva (MUNSTER, 1993; MINUSSI, 2010)
- 2) Fragmentação das atividades apresentando-as das mais fáceis para as mais complexas (CARVALHO, 1999; 2005)
- 3) Conhecer os equipamentos e entender seus funcionamentos (CARVALHO, 1999; 2005)
- 4) Explorar o terreno e suas superfícies irregulares (MUNSTER, 1993; CARVALHO, 1999; 2005; CUSTÓDIO, 2009)
- 5) Exploração da consciência corporal, apoios sonoros e sinestésicos e manutenção do equilíbrio (MUNSTER, 1993; CARVALHO, 1999; 2005; MINUSSI, 2010)

Estabelecida a sequência metodológica de ensino para este estudo foram elaboradas diversas atividades práticas, obedecendo aos itens acima mencionados.

Logo na primeira aula foi possível perceber a empolgação dos alunos com relação ao tema. Por meio dos dados obtidos com a aplicação do questionário, foi possível conhecer o nível de familiaridade de cada indivíduo com os esportes de aventura. Todos já haviam ouvido falar das atividades que estavam prestes a conhecer (rapel), porém nenhum deles teve a oportunidade de manusear os equipamentos anteriormente. Partindo da ideia de permitir que eles conhecessem os equipamentos que seriam utilizados nas atividades propostas, foi realizada uma roda na qual cada participante recebeu um equipamento (mosquetão, freio 8, cadeirinha, etc). Foi dado aos participantes um momento para que explorassem o equipamento que havia recebido.

Segundo Minussi (2010) a manipulação tátil é um excelente mecanismo de aprendizagem, pois permite ao deficiente visual, conhecer integralmente os equipamentos envolvidos no treinamento, permitindo-lhe maior independência durante as atividades. Cosmos (2003), neste mesmo sentido, destaca que permitir que os deficientes visuais

manipulem os equipamentos, garante que possam desenvolver e aprimorar conceitos de textura, forma, tamanho, dureza e temperatura.

Logo em seguida, foi solicitado a cada participante que descrevessem aos colegas o que tinham nas mãos. Foi impressionante notar a desenvoltura ao descreverem os equipamentos. Após cada participante ter feito sua descrição, foi realizada a troca de equipamentos, de forma aleatória, entre eles. Neste instante, com base nas descrições que haviam ouvido dos colegas, eles teriam que dizer qual o nome do objeto que estava em suas mãos. E assim se seguiu até que todos os participantes tivessem manuseado todos os equipamentos disponíveis.

Foto 2. Apresentação dos equipamentos



Após os primeiros contatos e descrições dos equipamentos, os participantes ficaram livres para explorá-los mais profundamente, o que deu início a uma série de questionamentos, tais como: A capacidade de suportar peso, a posição em relação corpo, como se conectavam um no outro, dentre outros. Todas as perguntas foram sendo respondidas à medida que a curiosidade avançava.

Ao final desta primeira aula os participantes tiveram um panorama geral dos equipamentos e seu funcionamento. As aulas que se seguiram foram destinadas ao aprendizado de como manuseá-los, vesti-los e controlá-los.

Transcorridas algumas aulas destinadas a conhecê-los, vesti-los e manuseá-los, chegou a hora de testar a resistência destes equipamentos. Esta etapa foi desenvolvida no jardim da Prefeitura Municipal de Campo Grande, que fica em frente ao ISMAC².

Na primeira aula desta etapa, uma corda foi ancorada (fixada) em um galho de árvore. Foi solicitado aos participantes que vestissem as cadeirinhas (neste momento todos já sabiam colocar este equipamento sem auxílio, sendo necessária apenas a checagem dos ajustes ao corpo). Em seguida, todos os participantes receberam um mosquetão para que eles próprios fizessem a conexão com os demais equipamentos. Uma conferência de segurança foi realizada, antes do exercício, para certificar que todos os participantes haviam conectados os equipamentos da forma correta.

Na corda que havia sido ancorada à árvore foi realizado um nó oito para que fosse conectado ao mosquetão dos participantes. Após a conexão do mosquetão à corda, foi solicitado que cada participante realizasse o movimento de sentar até sentir a corda se esticar e assim poderiam retirar o pé do chão. Este movimento levou os participantes a ficar dependurados pela corda como se estivessem sentados em um balanço.

Após estarem dependurados, os participantes puderam explorar “o balanço” da forma que se sentissem mais seguros. De imediato, aqueles que se sentiram a vontade com os equipamentos, iniciaram o balançar, inclusive aumentando a velocidade e a altura do balançar. Como a corda havia sido amarrada em uma posição que não oferecia obstáculo em nenhuma direção, não houve objeção a este fato, pelo contrário, isso demonstrou confiança nos equipamentos e em si próprio.

² Antes de utilizar as dependências da Prefeitura Municipal de Campo Grande, foi realizado contato com o setor responsável pela manutenção do local e requerida a devida autorização.

Foto 3. Testando os equipamentos



Fonte: Arquivo pessoal

Deste dia em diante, em todas as aulas, os participantes recebiam seu conjunto de equipamentos (cadeirinha, mosquetão e freio oito) e os vestiam sem nenhuma dificuldade. Também foram sendo realizadas variações desta aula, demonstrando como funcionava o deslizamento da corda pelo freio oito durante uma descida de rapel. Os alunos experimentaram e exercitaram a forma de deslocamento na corda, o que antecedeu as aulas de mudança de posição do corpo.

Após explorarem e conhecerem como a corda deslizava pelo mecanismo de frenagem durante uma descida de rapel e também da maneira correta de se deslocar (caminhada de costa) foi hora de experimentar a mudança de inclinação.

Nesta etapa, foram utilizados dois ambientes diferentes, o primeiro um gramado do jardim da prefeitura municipal de Campo Grande, cuja inclinação é de aproximadamente 45°, terminando em uma mureta de 50 cm de altura com inclinação de 90° que terminava no estacionamento da prefeitura. O segundo local utilizado foi a estrutura externa do estádio

Pedro Pedrossian, também conhecido como Morenã, localizado nas dependências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Lá encontramos uma parede de 1,60 metros, com inclinação de 90° que foi utilizada para um mini rapel, onde foi exercitada a forma correta de caminhada na parede inclinada.

Na primeira etapa, realizada no jardim da prefeitura, a corda foi ancorada ao tronco de uma árvore e esticada no gramado, terminando no estacionamento deste local. A distância entre a árvore e o estacionamento era de aproximadamente 15 metros. No final da corda, no chão do estacionamento, junto à mureta foi colocado um colchão de ginástica para amortecer a queda dos participantes ao final do exercício.

Foto 4. Experimentando mudança de posição



Fonte: Arquivo pessoal

Após todos os participantes terem vestido os equipamentos, um por vez foram sendo conectados à corda e, tendo o auxílio de um guia (um acadêmico participante do projeto), foram realizando a caminhada de costa e controlando a liberação da corda até a chegada na extremidade da mureta. Neste ponto, foi solicitado a cada participante que posicionasse o meio da sola dos seus pés na borda externa da mureta, deixando seus calcanhares livre no ar. Em seguida eram orientados para manter as pernas estendidas e com muita calma fosse

liberando a corda através do equipamento de frenagem, percebendo que, conforme liberava a corda, seus corpos iniciavam uma mudança de posição, saindo do plano vertical (em pé), passando para o plano horizontal (deitado). Assim que o participante chegava à posição horizontal completa, este deveria travar a liberação da corda e sentir a pressão exercida pela gravidade sobre seu corpo, bem como a tensão da corda que o sustentava. Feito isso, o participante era orientado a continuar liberando a corda até alcançar o colchão que havia sido colocado para recebê-lo.

Na segunda etapa, realizada no estádio Morenã, o mesmo exercício descrito no parágrafo acima foi realizado, porém sem o colchão de proteção uma vez que cabia aos alunos caminhar pela parede terminando o exercício na posição ereta (em pé). Após serem conectados à corda, os participantes eram colocados na extremidade da parede e se posicionavam com os pés conforme foi descrito anteriormente. Em seguida iniciavam a liberação da corda até atingirem a posição horizontal. Neste momento, ao contrário do exercício realizado com o colchão, ao continuar a liberação da corda o participante precisava dar um pequeno passo para trás no exato momento em que sentissem um desequilíbrio provocado pela mudança na inclinação de seu corpo. Repetindo esse passo, um após outro, o participante iniciava sua caminhada pela parede. Muito rapidamente todos os participantes encontraram seu ponto de desequilíbrio, reconhecendo assim o momento exato de iniciar a caminhada pela parede.

Foto 5. Experimentando a técnica de entrada na cachoeira



Fonte: Arquivo pessoal

Ambos exercícios descritos acima, tiveram por objetivo apresentar aos participantes as técnicas de controle de corda, da abordagem da cachoeira (entrada), de retomada do equilíbrio durante uma decida, dando a todos uma visão geral do que enfrentariam em uma cachoeira de verdade.

Além das aulas sobre as técnicas de rapel, também foi oportunizado aos participantes conhecer as técnicas de escalada, as quais seriam necessárias para o retorno após terem descido a cachoeira. Para isso os participantes foram levados até uma academia de escalada existente em Campo Grande/MS, onde tiveram uma aula com o proprietário e professor de Educação Física egresso do curso da UFMS. Nesta ocasião foram apresentadas aos participantes algumas técnicas que envolvem o domínio das pegadas com as mãos, e também de como maximizar o uso dos membros inferiores na sustentação do corpo durante uma escalada.

Foto 6. Na academia de Escalada



Fonte: Arquivo pessoal

Os participantes tiveram a oportunidade de explorar seus limites escalando as paredes com diversas inclinações e com variados tipos e tamanho de agarras (apoios para mãos e pés) o que contribuiu para enfrentarem os desafios naturais existente na trilha de retorno após terem descido a cachoeira de rapel.

Outro elemento diverso das técnicas de rapel, que usamos para ilustrar as possíveis situações relativas ao equilíbrio e ao descolamento em meio natural, foi o slackline. Este equipamento foi utilizado com o objetivo de estimular o equilíbrio dos participantes,

melhorando a percepção corporal e espacial dos mesmos, haja vista que no dia da descida da cachoeira, após concluírem o desafio do rapel, enfrentariam na trilha de volta uma região íngreme e bastante escorregadia. O slackline possibilitou que os mesmos tivessem a oportunidade de trabalhar o posicionamento dos pés de forma a controlar seu corpo em diversas situações de desequilíbrio oferecidas pela instabilidade da fita.

A proposta seguinte foi tentar reproduzir os obstáculos existentes na natureza como galhos e troncos caídos. Para isso foi elaborada uma atividade que nos chamamos de “a teia”. Foi confeccionada um espécie de emaranhado utilizando uma corda e um conjunto de 4 ou 5 árvores próximas. A corda foi passada diversas vezes por estas árvores em diversas alturas diferentes, formando este emaranhado de corda que imitava uma teia de aranha. O participante tinha que caminhar em direção à teia e ao se aproximar, deveria vencer o emaranhado de corda atravessando o obstáculo por ela oferecido, para assim chegar ao outro lado. Esta atividade buscou imitar diversos tipos de vegetação e suas diversas alturas, encontrados no local escolhido para a atividade. Assim como a maneira mais apropriada para transpô-los. Desta forma os participantes deveriam escolher se passariam por cima ou por baixo dos obstáculos com base em suas percepções do ambiente.

Foto 7. A Teia



Fonte: Arquivo pessoal

Atividade demonstrou muito bem a importância da necessidade de se manter a atenção ao local percorrido, bem como aos comandos dos guias, pois em um determinado momento duas participantes estavam iniciando o percurso sem a atenção devida quando trombaram com o rosto em um trecho de corda que estava a sua frente. Mesmo o guia tendo as alertado, elas não prestaram atenção, pois estavam conversando entre si no momento do choque. Se a corda fosse um galho ou um tronco de árvore, certamente deixaria marca, e isso as próprias participantes entenderam.

Posterior à oficina descrita acima, que demonstrou a importância de se estar alerta ao caminhar em meio natural, foi a vez de elaborar uma simulação de uma caminhada guiada. Nesta atividade, elaborou-se, com uma corda, um percurso que passava diversos obstáculos como árvores, diversos tipos de vegetações e por diferentes terrenos (plano e inclinado). Cada participante, estando vestido com sua cadeirinha, foi conectado à corda guia através de seu mosquetão e teve que realizar o percurso vencendo os obstáculos, desconectando o mosquetão da corda quando necessário e reconectando-o novamente para prosseguir.

Foto 8. Caminhada guiada



Fonte: Arquivo pessoal

Esta atividade foi relevante, pois no dia de descer a cachoeira e realizar a trilha, uma corda guia foi tensionada ligando a base da cachoeira até a encosta do morro que seria depois escalado. A necessidade desta corda se deu em função de que o local percorrido ser íngreme e caso algum participante escorregasse poderia rolar ribanceira abaixo podendo causar sérios danos aos mesmos. Com o uso da corda, os participantes sentiram-se mais confiante em

realizar o percurso sabendo que estavam ligados a corda guia, que além de servir de indicativo do caminho, também servia de salvaguarda para os mesmos.

Todo esse processo de trabalho e suas diferentes fases, desde a exploração de equipamentos até o aprendizado das técnicas e suas aplicações em diversos tipos de terreno (plano e inclinado), teve duração de 8 meses até o grande objetivo.

Foto 9. rapel, trilha e escalada



Fonte: Arquivo pessoal

Ao final das atividades, já durante a conversa que tivemos no grupo focal, algumas indagações sobre a duração do projeto surgiram. Perguntaram se 08 meses não era tempo demais para uma atividade como esta, e mencionaram ainda que em determinados momentos se sentiram desmotivados devido a necessidade de repetir tantas vezes algumas atividades.

Segundo Marinho (2008, p. 182) os esportes de aventura

são atividades cercadas por riscos e perigos, na medida do possível, calculados, não ocorrendo treinamentos intensivos prévios [...]. A experimentação acontece de maneira mais direta, havendo um afastamento de rendimentos planejado.

Esta afirmação feita por Marinho (2008) foi apresentada aos participantes, que compreenderam a forma direta de experimentação dos esportes de aventura e se disseram confiantes para em futuras ocasiões, procurar empresas especializada e solicitar tais serviços. No entanto, também foi apresentado a eles a necessidade de um maior rigor metodológico em virtude desta ser uma pesquisa acadêmica e de maior cautela em relação a segurança dos participantes. Também foi mencionado que o tempo decorrido proporcionaria que novas

técnicas e novas metodologias pudessem surgir contribuindo com a formação de futuros professores. Esta colocação foi compreendida pelos participantes ficando clara na fala do Participante 1.

“[...] então, apesar de chato né, chato essa teoria, mas isso é o que eu falo, fortaleceu pra eu aceitar mais e mais esse esporte de aventura, porque tanto é que quando realmente foi concretizado, fomos né, pra descer mesmo, olha, eu falo sem medo, não tive nem..., assim nenhum... receio nenhum quanto a segurança, sabe, de acontecer algum incidente, sei lá” (Participante 1).

Outra demonstração de que os participantes compreenderam a importância do tempo decorrido foi o fato de ao final eles sugerirem algumas modificações que segundo eles poderiam contribuir para melhorar as sensações durante as atividades.

“[...] uma coisa que, talvez, dá pra experimentar também professor, [...] é a luva aqui ó... agente corta a luva e fica com os dedos, porque na verdade nosso tato é a maioria da vezes é na ponta dos dedos”(Participante 3).

“[...] se pudesse descer sem os tênis [...] Agora quanto ao tênis ali, opção. Mas seria bacana, também, pra gente sentir os pés ali, sabe, nas pedras, nas raízes ali, pelo menos pra descer, pra subir não. Mas pra descer, fica bem natural mesmo.” (Participante 1).

Concluindo este item sobre os procedimentos metodológicos utilizados para o ensino das técnicas, encontramos nos estudos de Munster (1993), Carvalho (1999; 2005), Custódio (2009) e Minussi (2010) ótimos referenciais para a elaboração de novas possibilidades pedagógicas que nos permitiram alcançar nossos objetivos que serão discutidos adiante.

No entanto é preciso atentar para as particularidades de cada atividade e da escolha correta de cada procedimento metodológico que se vai aplicar. Apesar de, nos autores acima mencionados, existirem diversas indicações de procedimentos para o ensino da orientação e mobilidade de deficientes visuais, nem sempre eles são aplicáveis em todas as situações e estudos. Um exemplo disso é quando Munster (1993) recomenda o uso de sino para a demarcação de portas de janelas quando se apresenta um espaço ao deficiente visual. Ora, como isso seria possível em nosso trabalho se na natureza não temos portas e janelas. Cabe ao profissional, ao realizar suas pesquisas preparatórias, compreender que exemplos como esse, tirado de um de um trabalho na qual Munster (1993) estudou os jogos de salão para deficientes visuais, tem sua particularidade e pode ou não auxiliá-lo no desenvolvimento de seus processos pedagógicos.

Poderíamos aqui citar inúmeros outros exemplos, sempre lembrando que cada atividade, seja ela uma prática esportiva ou uma atividade de vida diária (AVD), possuirá sua particularidade e assim poderá ou não se beneficiar de procedimentos metodológicos advindos de outras práticas, caberá então ao profissional conhecê-los e decidir por sua aplicação ou não. E foi o que fizemos. Após analisar os procedimentos utilizados pelos autores acima citados, cada qual em sua respectiva atividade (canionismo, caminhada, escalada, jogos e brincadeiras) elaboramos os procedimentos apresentados anteriormente no item 5.2 e que atenderam a nossas expectativas.

O item a seguir busca apresentar a Análise da percepção das pessoas com deficiência visual frente às sensações advindas do contato com o esporte de aventura, por meio do processo de ensino aprendizagem, o qual acabou de ser apresentado.

5.3 PERCEPÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS FRENTE OS ESPORTES DE AVENTURA.

Para responder nosso próximo objetivo, fez-se necessário a transcrição e análise de cerca de 1 hora de áudio obtido durante a realização do grupo focal. Análise realizada, optou-se por dividir essas percepções em três categorias: 1) Aproximações com os Esportes de Aventura; 2) Processo de aprendizagem e 3) Interação Social.

5.3.1 APROXIMAÇÕES COM OS ESPORTES DE AVENTURA.

Na primeira fala dos participantes, ficou demonstrado um dos principais entraves que mantém estes esportes distantes das pessoas com deficiência: a falta de oportunidade. Como já mencionado anteriormente, apesar do esporte ser uma atividade presente no cotidiano dos indivíduos que frequentam o ISMAC, estas atividades se resumem ao judô, *goalball*, futebol de 5, musculação e caminhada.

Cabe ressaltar que, segundo Silva (2015), a falta de acessibilidade não atinge apenas os deficientes visuais, nem tão pouco é exclusivo dos esportes de aventura. A acessibilidade é problema recorrente a todas as deficiências, espaços físicos e também modalidades esportivas.

Esta falta de oportunidade tem levado os integrantes do ISMAC a desenvolver uma postura defensiva quando do recebimento de convites para participar de projetos como este. Isso porque segundo um dos participantes eles já tiveram muitas promessas não cumpridas

(participante 7). A participante 2, logo no início do projeto, mencionou o mesmo fato, dizendo que é comum aparecer pessoas convidando os integrantes do ISMAC para participar de projetos e que depois terminam por não realizar o que prometeram e ainda não dão a devida visibilidade ao instituto, agindo como se ali fosse lugar apenas para coleta de dados e pronto (diário de campo, abril 2016).

No entanto, como não foi este o destino deste projeto, nos possibilitou enxergar nos participantes um enorme interesse pela proposta. O participante 1 descreveu assim a sensação de receber o convite

“[...] quanto a receber o convite pra fazer o rapel, posso dizer também que eu recebi sim, com alegria, porque eu sempre gostei desses... aventuras [...] quando eu enxergava não tive essa oportunidade de fazer esse tipo de esporte de aventura, com segurança, e hoje, como que mudou as coisas, fiquei cego e recebi o convite pra fazer” (participante 1).

É possível perceber na fala do participante 1 um paradoxo. Apesar dele mencionar que, mesmo antes de perder a visão, ele já gostava de aventuras, foi após ficar cego que a oportunidade de praticar esse tipo de esporte se materializou, na forma deste projeto. Podemos extrair dessa fala o significado da oportunidade, principalmente para as pessoas com deficiência. Quando possuía a visão, é possível que o participante 1, apesar de gostar de aventura, não tenha tido as oportunidades necessárias ou mesmo tenha as deixado passar. Em sua atual condições, considerando que as oportunidades são raras, ele não deixou passar a chance de provar das emoções que até então só existiam em seus pensamentos.

A participante 3 narrou da seguinte forma esse oportunidade

“[...] Bom, eu quando, eu recebi o convite eu já encarei logo de cara. Porque tudo que é novo, tudo que é novidade assim pra mim, eu quero. Sempre quis. Sempre foi assim. [...] eu encarei como uma superação, eu tenho dificuldade com altura, sempre tive. Foi uma das coisas que eu coloquei até no primeiro dia de aula, que era desafiar o problema com altura. Só que eu tinha muito problema quando enxergava, agora foi diferente, não to vendo, foi um pouco mais tranquilo e sempre desde o início com medo, com muito medo” (Participante 3).

Já a participante 4 deixou seu lado curiosa tomar conta da situação ao aceitar o convite.

“[...] Eu quando recebi o convite eu fui por curiosidade, porque eu fui criada lá no meio do mato, lá subindo a serra e daí conforme foi passando eu fui gostando eu fui também assim pra, pra ver... eu sou assim da parte meio curiosa, eu gosto de experimentar as coisas nova” (participante 4).

Nestes fragmentos apresentados é possível identificar alguns vocábulos centrais nas falas dos participantes, são eles: oportunidade, desafio, superação e curiosidade.

Sobre oportunidade algo já foi mencionado anteriormente, compete-me apenas afirmar com base na fala dos integrantes que basta que haja essa oportunidade para que eles enfrentem os obstáculos necessários para seguir em frente, seja qual for o desafio.

Quanto ao desafio e à superação, Cardoso, Silva e Felipe (2006, p. 84) afirmam que “diante da oferta de desafios a serem superados, o indivíduo manifesta um sentimento de fortalecimento da autoconfiança”. Essa autoconfiança ficou expressa na fala da participante 3, “já encarei logo de cara”.

A curiosidade, por sua vez, foi o ponto forte da participante 4, o que revela um interesse “pelo novo, pelo inesperado, pelo risco e pelo incerto, embutidos no imaginário humano, desperta no homem o sentido do espírito aventureiro” (CARDOSO; SILVA; FELIPE, 2006, p. 84). Os mesmos autores prosseguem dizendo que, “a curiosidade nasce com os indivíduos, e é desenvolvida, em maior ou menor grau entre eles” (p. 84).

No entanto, é importante lembrar, como menciona Carvalho (2005, p. 22), que “o trauma da cegueira causa inicialmente um desequilíbrio emocional”. Isso ficou bastante evidente na fala do participante 1 quando este afirmou que ao saber que ficaria cego, e principalmente após perder completamente a visão, ele se colocou em luto por vários anos, deixando assim que a tristeza tomasse conta do seu ser. Somente após anos de muita tristeza e questionamento ele decidiu recuperar o tempo perdido. Hoje casado, com filha, é atleta e vive sua vida como qualquer outra pessoa.

A Educação Física tem um importante papel no auxílio da retomada da independência destas pessoas. Ao se perder a visão, perde-se também todo o referencial espacial o que desencadeia uma série de problemas relacionados à orientação e mobilidade. O deficiente visual, pelo menos no início, fica impedido de se locomover livremente pelo espaço (CARVALHO, 2005)

Por sua vez, a Educação Física e em especial os esportes de aventura, podem auxiliar de forma significativa na recuperação dessa liberdade perdida ao tempo que, segundo Cardoso, Silva e Felipe (2006, p. 78):

pode ser explorado [...] como nova possibilidade pedagógica, uma vez que carrega em si um leque de oportunidades muito amplo, tanto na formação do indivíduo em si, como sua relação com o meio ambiente.

Cabe ressaltar que apesar do trauma emocional mencionada anteriormente, o grupo de deficientes visuais que participou desta pesquisa, convive com a deficiência, em média, há mais de 10 anos. Apenas uma participante convive com deficiência há 4 anos.

Ainda assim, todos parecem ter superado o trauma de perder a visão e buscam seguir com suas vidas da melhor maneira possível e essa aproximação com os esportes de aventura tem potencial para despertar nos participantes características como

compromisso, superação de limites, autoconfiança, companheirismo, tolerância ao sucesso e ao fracasso, e são apontadas como sinônimo de prazer e bem-estar. Além disso, a transmissão das características desenvolvidas nestas situações para a vida cotidiana são perceptíveis e reais para a maioria dos indivíduos, e atribuem a elas um enorme valor” (CARDOSO; SILVA; FELIPE, 2006, p. 85).

A transmissão dessas características de que fala o autor acima, serão parte das discussões do próximo tópico deste trabalho.

5.3.2 PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Falar da percepção dos participantes em relação ao processo de Ensino Aprendizagem é retomar um pouco do já foi dito anteriormente sobre a sequência pedagógica usada neste trabalho. Desta forma iniciemos com aquele que pareceu ser o questionamento principal de todos os participantes: o tempo de realização do projeto.

Foram 8 meses com aulas semanais, algumas das quais se fazia necessário retomar exercícios de aulas anteriores como, por exemplo, colocar a cadeirinha, confeccionar uma cadeirinha de emergência com um pedaço de corda (cabo solteiro), descer e subir várias vezes o gramado inclinado da prefeitura, dentre outros. Vejamos o que alguns participantes disseram a respeito.

“[...] Eu acho assim, que as oficinas, foi importante, assim, um pouco chatas, ficar montando as cadeirinhas. Das partes mais legais eu participei de uma, só, que foi ali descer ali na prefeitura, e resto foi montar as cadeirinhas. [...] no meu ponto de vista, eu acho que dava, o tempo podia ser mais curto, tem acontecido antes (Participante 2)”.

Na fala da participante 2, fica explícito o descontentamento com a forma repetitiva empregada nas aulas e tempo de duração do projeto. Porém, esportes que envolvem risco têm

na aprendizagem repetitiva das técnicas uma forma de minimizar esses riscos, tornando-os acessíveis à população.

Desta forma, em todas as aulas do projeto, a primeira atividade a ser realizada era a colocação da cadeirinha, talvez por isso tenha ficado gravada na memória com uma atividade chata. Assim, como todos os praticantes de esportes de aventura, o que se busca é a emoção da atividade, a parte “chata” se faz necessária para que os riscos das atividades sejam minimizados.

Apesar de anteriormente termos mencionado Marinho (2008) e a forma de experimentação direta dos esportes de aventura, não ocorrendo treinamentos intensivos, é importante ressaltar que essa forma de emprego é muito utilizada por empresas de turismo de aventura, nas quais os praticantes não têm a oportunidade de passar por um treinamento mais cauteloso. No entanto, esse processo foi fundamental para dar aos participantes maior confiança nos equipamentos, na equipe de pesquisadores e neles próprios, conforme se pode ver nos discursos a seguir.

“[...] as oficinas... nas oficinas o mais importante foi saber o nome de cada peça [...] onde que eu ia sonha que tinha um mosquetão pra fazer rapel, um freio oito, por mim era amarrar uma corda na cintura, uma aqui outra ali e descer, nada mais, né” (Participante 1).

“[...] tudo que foi feito nas oficinas era pra gente ganhar confiança, e pra gente ter o conhecimento tanto dos equipamentos” (Participante 3).

“[...] a percepção que eu tinha nas oficinas, a segurança que vocês estavam passando pra gente, em cada aula, né, em cada... em cada material que mostrava, que agente conhecia, então esse aqui é seguro” (Participante 5).

Tomando por base as afirmações acima, recomendamos aos profissionais de empresas especializadas que, ainda que imersos nessa forma direta de experimentação, quando se tratar de pessoa com deficiência visual, dediquem um tempo maior para as explicações das técnicas e dos procedimentos de segurança, permitam que os participantes tenham contato prévio com todos os equipamentos, descrevam todo o cenário (ambiente natural) que os rodeiam. Dedicar um pouco mais de tempo a esses detalhes proporcionará ao deficiente visual uma experiência muito mais proveitosa, garantindo que ele usufrua de todo o prazer que os esportes de aventura podem proporcionar.

Cabe ressaltar que se comparado a outros estudos, como o de Carvalho (1999; 2005) que durou 2 anos e 6 meses, nossa proposta foi um tanto quanto modesta, haja vista nossos

objetivos terem sido diferentes. Aquele autor pretendia desenvolver uma metodologia para o ensino do *canyonismo* (esporte que se utiliza das mesmas técnicas experimentadas por este projeto – rapel, *trakking* e escalada), enquanto nosso objetivo é entender a relação do deficiente visual com o esporte de aventura por meio do processo de ensino-aprendizagem.

Poderíamos até mesmo ter dispensado esse tempo de ensino aprendizagem e apenas convidado os alunos a participar de uma descida de rapel em cachoeira, realizando assim a atividade como ela normalmente acontece quando um iniciante no esporte decide experimentá-lo. Porém, queríamos entender essa relação do deficiente visual com os esportes de aventura desde o processo de ensino aprendizagem para assim contribuir com o aprimoramento de algumas metodologias existentes.

Entre essas metodologias, está a forma como o professor ou instrutor de esportes de aventura pode aplicar essas técnicas às pessoas com deficiência e que cuidados ele precisa tomar ao lidar com este público. Para isso analisamos o convívio dos acadêmicos de Educação Física que atuaram no projeto como os guias durante as atividades.

No início do projeto contávamos com 8 acadêmicos de Educação Física, dos quais 2 desistiram ao longo do processo. Assim como o grupo de deficientes visuais, os acadêmicos também receberam aulas sobre as técnicas de rapel e escalada, e aprenderam a utilizar os equipamentos.

Neste caso, a principal dificuldade encontrada foi conciliar os horários de aulas dos acadêmicos com as aulas que eram ministradas no ISMAC. No instituto, as oficinas aconteciam às sextas-feiras durante o período matutino, mesmo horário das aulas de alguns acadêmicos na UFMS. Desta forma, nem todos os acadêmicos puderam construir uma relação de proximidade com os deficientes visuais que participavam do projeto. Enquanto os deficientes visuais tinham aulas às sextas-feiras, aos acadêmicos, as oficinas eram oferecidas nos sábados e a medida que dispunham de tempo eles frequentavam as oficinas oferecidas aos alunos do ISMAC. O que fica deste primeiro aprendizado é a necessidade de que, se possível, as novas propostas busquem horários compatíveis para ambos os grupos, facilitando os trabalhos por ter mais pessoas disponíveis durante as atividades e também contribuindo para uma melhor relação de confiança entre os grupos.

Apesar desta dificuldade encontrada, não houve prejuízo para o resultado final do projeto, pois conforme já mencionamos, os esportes de aventura possuem um caráter muito particular cuja experimentação se dá de maneira direta, ou seja, não se tem tempo para treinamentos ou mesmo para conhecer seus instrutores ou guias com antecedência (MARINHO, 2008).

Apesar do pouco contato com os acadêmicos, os deficientes visuais participantes do projeto deixam importantes pistas para melhorar a preparação tanto de outros acadêmicos, quanto de profissionais que pensam em trabalhar com deficientes visuais ou até mesmo de profissionais dos esportes de aventura que queiram abrir as portas de suas modalidades para este novo público.

A primeira lição vem do participante 1. Tenha confiança naquilo que você irá realizar. Fale com firmeza e não demonstre medo em sua fala.

“[...] tinha um, não vou citar nomes, dos acadêmicos, que parece que tava mais com medo que agente, [...]a voz estava meio tremula, na hora de falar [...] você via que ele tava, nossa!, com medo. Aí agente querendo acelerar a subida, e ele – não calma, calma, [...] Mas é normal, as vezes né, a questão da responsabilidades de não deixar acontecer nada” (Participante 1).

A participante 4 se posicionou em defesa dos acadêmicos lembrando que este tratamento para com o deficiente visual é corriqueiro, quando se trata de pessoas que nunca tiveram contato com este grupo, mas deixa um importante recado: deficientes visuais devem ser tratados iguais a qualquer outro ser humano.

“[...] Porque, pra eles deve ser a primeira vez que lidam com deficiente, visual ainda, eles devem ter um medo. Porque a primeira vez que eles vieram aqui com todo cuidado, parece que tem medo de machucar, de tocar, então, eu não fui lá, não vi como foi lá, mas eu acho que eles também devia estar com aquela insegurança. Ai meu Deus do céu, se cai, se machuca, eles não estão vendo, nós que somos os responsáveis. [...]Não é fácil a pessoas lidar com a pessoa... eu acho que a pessoa que enxerga, pra conduzir um cego, ele fica todo, querendo... falta colocar o cego no colo e carregar agente” (Participante 4).

Considerando que ao se praticar os esportes de aventura, as formas de condução de um deficiente visual não são as convencionalmente utilizadas em ambiente controlado, ou seja, quando o guia vai à frente do deficiente visual cedendo-lhe o braço ou o ombro como apoio, é de extrema importância que o condutor ou guia construa e forneça a pessoa com deficiência visual, um mapa mental do local a ser explorado. Faz-se necessário também que, conforme o deficiente visual interaja com o ambiente, esse mapa vá sendo constantemente atualizado.

Podemos dizer desta forma, que o processo de ensino aprendizagem, esta em constante evolução para ambos os lados (MINUSSI, 2010).

Essa constante evolução não permanece apenas no campo dos esportes de aventura, ela invade o cotidiano dos deficientes visuais a medida que estes transferem para seu dia-a-dia os aprendizados, sentimentos e sensações experimentados durante a prática destes esportes.

A palavra aventura tem sua origem no latim *ResAdventure* e significa “o que esta por vir” ou “coisas que aconteceram”. Note que de fato não se sabe o acontecerá ou que está por vir. Esse desconhecido só se mostrará se você for ao encontro dele como fica evidente na fala do participante 1.

Vejamos, então, o que disseram os participantes ao serem perguntados como essas atividades podem auxiliar a pessoa cega ou com baixa visão nos diferentes aspectos do dia a dia.

“[...] Todos nós temos uma rotina, na prática mesmo. Você sai do portão, vira a direita, tem um desnível ali, ou tem uma guia rebaixada, um poste ali. Mas as vezes acontece de estacionar um caminhão enorme estacionado ali, dentro do lugar você vai passar. Ai você tem... é o desconhecido. Você bate até você, sabe... é um caminhão! Aí você bate ali, sente um monte de ferro. Você vai ter que fazer uma volta danada com a bengala, chega do outro lado tem outro lado... aí você fala, quer saber de uma coisa, ta tudo interditado aqui, eu vou pro outro lado. Então comparando uma coisa com a outra, é verdade, é o desconhecido” (Participante 1).

E para enfrentar esse desconhecido e seguir em frente o participante 7 menciona um importante atributo necessário tanto para quem enxerga como quem não enxerga, presente tanto no esporte de aventura quanto em nosso dia-a-dia, a confiança. Para ele, “o cego tem, infelizmente ou felizmente, ele tem que confiar, né, ele tem que confiar”.

A participante 5 ao relatar uma experiência em que precisou sair sozinha de sua casa para ir ao instituto, perdeu o ônibus que a conduziria até seu destino e resolveu vou para casa. No entanto, ao tentar abrir o portão de sua casa, descobriu que errara de casa e se viu desorientada. Buscando forças, decidiu mudar sua rota habitual para poder pegar outro ônibus em outro ponto do bairro onde mora, coisa que nunca fizera antes. A participante narra que ao chegar ao seu destino final ele sentiu um sentimento de superação. E ela comparou esse sentimento ao fato de ter participado do projeto e superado um rapel na cachoeira.

“[...] “Quando eu fui chegando lá, foi, assim, aquela sensação, meu Deus! Não to acreditando que eu fiz isso! Pra mim, assim, igual falaram, parece uma coisa boba né. Mas, assim, eu me senti assim...[...] Superada. Na verdade, assim, eu fiquei:

gente! eu vim aqui. Eu achava que eu nunca ia vir sozinha. Até é um lugar meio perigoso, tudo. Mas foi muito legal. Igual se agente for ligar uma coisa com a outra. Na vida né, agente supera coisas que agente pensa que... né entre outras tantas, tantas, tantas fases que a agente passa, que supera assim, então. É, são coisas assim que tem que... é, tentar levar e carregar com agente, cada vez mais e mais” (Participante 5).

Observamos que superação, confiança, desconhecido, foram algumas das sensações que os participantes relataram sentir, tanto em suas atividades cotidianas quanto ao praticarem um esporte de aventura demonstrando que entenderam essa relação. Porém, nenhuma tem tanto valor pessoal quanto o sentimento de empoderamento que eles passaram a carregar consigo após as atividades. A participante 2 deixou isso bem claro ao falar sobre esses desafios.

[...] Acho que é vencer desafios né, porque assim, hoje depois de uma aventura dessa, um turismo de aventura, eu acho que é hora de buscar e agente quer participar mais do turismo de aventura... do turismo né, não ficar sempre no... no que é mais tranquilo, e buscar novos desafios, e na vida, puxa, eu sou cega e participei de um projeto maravilhoso e... e to aí, e quero participar de mais (Participante 2).

Ao falarmos de todos estes aspectos presentes nos esportes de aventura e que podem de alguma maneira refletir na vida destas pessoas, muitos se perguntaram: e a segurança? Participar destas atividades não pode gerar no deficiente visual um encorajamento, uma confiança para o enfrentamento do desconhecido em busca de uma sensação de superação?

Antes de qualquer coisa é preciso, segundo Costa Junior (2006) considerar relevante o fato de que é necessário conhecer esse público e entender suas reivindicações sabendo que possuem desejos e anseios. Para Alves e Nazzari (2009) são as barreiras conceituais as principais responsáveis por limitar o acesso destas pessoas às mais diversas atividades sob o pretexto de que são frágeis, delicadas, enfermas, incapazes. Por sua vez, Ferreira e Rodrigues (1997) citados por Costa Junior (2006, p. 17) nos lembram que estas pessoas têm ”o direito de participar da construção de suas vidas”.

Quando se fale em esportes de aventura, principalmente para pessoas com deficiência, o risco é um fator preponderante e que sempre é mencionado como desmotivador por parte do deficiente e desencorajador por parte do profissional. No entanto vejamos o esse dialogo entre os Participantes 5 e 7

[...] “agente tá exposto a qualquer coisa. Você acha que agente não corre nenhum risco quando eu pego minha bengala, né, me arrumo pra ir pro serviço. Você acha que eu não corro nenhum risco, de pegar e ir batendo bengala sem ta vendo um palmo diante do nariz. Você acha que eu não to correndo o risco em atravessar a rua,

de ser assaltado, de ser... isso aí pra gente, não tem... [...]As pessoas não vê que isso acontece com qualquer um, cego ou não cego, vai acontecer, ué” (Participante 7).

[...]“Isso até dentro de casa, né, agente não precisa sair de casa pra ver os exemplos. A minha cunhada mesmo... [...] Ela fica me observando o tempo todo, me dá uma raiva. Aí fica, - ah mas, você pode cortar o dedo, acho que vocês pode se queimar, ah por que não sei o que... [...] Então esse questão... Sim, corta, queima” (Participante 5)

[...] “Corta, queima, mas quem enxerga queima também, corta também. É tudo igual gente, agente é ser humano” (Participante 7)

[...] “É tudo um desafio. Eu costumo falar assim, é um desafio agente acordar e da tudo certo durante o dia, você chegar no final do dia em casa e falar, nossa! Graças a Deus deu tudo certo” (Participante 5)

Como podemos perceber nas falas acima, o elemento risco esta presente na vida cotidiana dessas pessoas, mais até do que na vida de pessoas que praticam esportes de aventura. Isso porque, para o praticante de esportes de aventura, esse risco é sazonal, torna-se mais evidente apenas no momento das práticas esportivas, já para o deficiente visual, atividade simples de sua vida são ladeadas de situações que oferecem risco a sua integridade física.

Diante das diversas possibilidades de experiências de vida, não podemos classificar que, a imobilidade de algumas pessoas com deficiência represente necessariamente um impedimento para tais experiências, “visto que, para todas as dificuldades, existem soluções, e para todas as limitações, adaptações” (ALVES; NAZARI, 2009, p. 3).

Todos esses aspectos foram levantados ao longo do processo de ensino aprendizagem que supera os aspectos especificamente metodológicos e extrapolam para fatos do cotidiano dessas pessoas.

5.3.3 INTERAÇÃO SOCIAL

A deficiência, seja ela qual for, implica na existência de um círculo social bastante limitado, quase sempre composto por familiares e profissionais envolvidos na reabilitação destas pessoas. Araújo (1997) citado por Nunes (2008, p. 78) nos lembra que

O que define a pessoa portadora de deficiência não é falta de um membro nem a visão ou audição reduzidas. O que caracteriza a pessoa portadora de deficiência é a dificuldade de se relacionar, de se integrar na sociedade, o grau de dificuldade para a integração social é que definirá quem é ou não portador de deficiência.

A fim de contribuir para que esse círculo social possa se ampliar, segundo Alves e Nazari (2009) é preciso que não nos permitamos reproduzir um sistema social imposto pela

história. É necessário que cada um de nós sejamos autores de nossa história, e busquemos nossa própria identidade, contribuindo assim “para a construção de uma sociedade mais humana e inclusiva (p. 5)”.

Inclusão essa que passa pelo poder de decisão, inclusive quando se trata de praticar esportes que envolvam o fator risco. Desta forma, lembramos Alves e Nazari (2009, p. 5) quando dizem que “o deficiente, e mais ninguém, é que deve decidir se precisa ou não se sujeitar a tais Atividades de Aventura, se vale à pena ou não, aderir a essas práticas”.

Experimentar tais atividades contribui, de acordo com Lavora, Schwartz e Machado (2008, p. 120) para o surgimento de “mudanças axiológicas, de valores, condutas e estilos de vida”. Essas mudanças podem acontecer em diversos níveis de nossa vida, principalmente no aspecto social.

Permitindo-se a estas mudanças é que os participantes deste estudo escolheram, conforme disse Alves e Nazari (2009), se sujeitar as atividades aqui propostas e a partir dela romper com um sistema social imposto, o qual até pouco tempo diria que pessoas com deficiência não poderia ou não seriam capazes de realizar tais esportes.

Mas não basta apenas que estas pessoas com deficiência pratiquem esportes de aventura, é preciso que eles sejam vistas em ação, e mais, que elas dividam o mesmo espaço com pessoa sem deficiência, construindo assim uma verdadeira sociedade humana e inclusiva.

A fala da participante 3 é bastante clara quando este encontro é possibilitado

[...] o que aconteceu, além de... do projeto ter sido muito bom, é agente estar mostrando pro povo... até a questão de, foi demorado pra descer. Tinha muita gente pra descer. Tinha muita gente na cachoeira? Maravilhoso! O pessoal, todo mundo pôde ver que nós cegos, agente também esta interagindo com eles. Ali, eu acho que foi a prova viva da inclusão. Tinha gente normal, e agente tava lá no meio de todo mundo (participante 3).

A fala da participante reflete o fato de que, no dia marcado pelo projeto para a realização do rapel, haviam na mesma cachoeira quatro grupos de “rapeleiros” diferentes, todos dividindo o mesmo espaço, eram aproximadamente 60 pessoas.

Era visível o olhar de espanto e de admiração dos outros aventureiros quando descobriam que aquele grupo específico era composto por deficientes visuais e que aquela era a primeira experiência de todos com o rapel. Mais admirados ficavam quando, ao retornarem

ao topo da cachoeira, podiam comparar seus desempenhos com os desempenhos de outros praticantes, vidente e que também estavam ali pela primeira vez.

Em um ambiente realmente inclusivo como foi o experimentado pelos participantes do projeto neste dia, é esperado que conversas aconteçam recheadas de curiosidade de ambos os lados, inclusive com piadas relacionadas a falta da visão, como a presenciada pelo participante 1 [...] “tem gente que ainda faz umas piadinhas, ah!, você desceu porque não viu a altura, sabe. Fala assim, você desceu por que você não via a altura”.

Embora fora de um contexto específico esse tipo de piada possa ser considerada inapropriada, naquele momento, permitiu que os participantes tivessem contato com pessoas de diferentes ciclos sociais daqueles que estão acostumados.

Em contra partida, essa brincadeira possibilitou que outra questão surgisse: a relação entre profissionais e participantes. Uma relação que foi cultivada por 8 meses e possibilitou que todos os envolvidos estivessem confiantes uns nos outros.

Vejamos a fala o participante 1, em resposta a brincadeira feita sobre a falta da visão.

[...] Mas aí eu pergunto: Se agente botar uma venda e pedir pra essa pessoa subir em um metro e falar pula daí que eu te seguro aqui em baixo. Eu duvido se ela pula. Um metro.

Aqui o participante 1 quis demonstrar que o que importa não é estar de olhos abertos ou fechados e sim a confiança construída ao longo desse período de projeto, o que minimizou o risco de possíveis acidentes. Apesar de já ter mencionado que os esportes de aventura possuem uma característica específica que é a experimentação direta da atividade, ou seja, normalmente aqueles que se propõem a praticá-las não passam por treinamentos prévios, é preciso ter uma postura que transmita confiança ao praticante, seja ele deficiente ou não.

No dia em que estivemos na cachoeira, outros grupos de pessoas também estavam no local praticando rapel. Eram aproximadamente 50 pessoas, somando-se os três grupos. Em determinado momento, houve uns incidentes/acidente com integrantes dos outros grupos, e o fato chegou ao conhecimento dos participantes da pesquisa.

Sobre o acidente o participante 7 falou

[...] E a questão de acontecer um acidente, um incidente, por exemplo, pro cego, se acontecessem lá alguma coisa com agente, como poderia acontecer... ah! Por que é cego! Né. Com vidente acontece também. E aconteceu, mas assim, se fosse com um

“da gente” já ia falar: não, esses professores tudo é irresponsáveis, é cego, não sei o que... Mas acontece, agente tá exposto a qualquer coisa (participante 7).

O acidente ao qual o participante 7 se referiu, diz respeito a três episódios que aconteceram com outros frequentadores. Em dois desses episódios as pessoas que desciam a cachoeira no rapel, entraram em pânico, uma devido ao grande volume de água de descia pela cachoeira e que a fazia engolir água e a outra devido a seu equipamento (cadeirinha) ter afrouxado, alterando o equilíbrio do equipamento e transmitindo a ela a sensação de que ele fosse se desprender de seu corpo. O terceiro episódio aconteceu na trilha quando uma das frequentadoras resolveu voltar sozinha pela trilha e terminou por escorregar e quebrar a perna.

Cabe salientar que nenhum incidentes/acidente ocorreu com os integrantes desta pesquisa. Todos os envolvidos nos episódios narrados acima pertenciam aos dois outros grupos que também estavam na cachoeira. Os envolvidos eram pessoa que possuíam a capacidade da visão, o que neste caso pode ter contribuído pra tais eventos. Mas de que forma?

Nos dois primeiros casos, ao perceberem a situação de risco, é possível que ao visualizar alguns elementos como a altura da cachoeira, o volume de água, a fivela da cadeirinha se afrouxando e o número de pessoas que se aglomeraram na borda da cachoeira para ver o que acontecia, elas se deixaram levar pelo sentido da visão, anulando os outros sentidos, audição principalmente, dificultando assim a assimilação das instruções que vinham do profissional responsável pelo seu grupo. Já no terceiro caso, a capacidade visual pode ter colaborado para aumentar a autoconfiança da praticante, o que a levou a percorrer a trilha sozinha.

É importante ressaltar que em todos os três casos, as praticantes estavam sozinhas, eram iniciantes e não tinham ao seu lado um instrutor experiente. Quanto a isso, Costa (2000, p.9) ressalta que arriscar-se “exige decisões conscientes que indicam as probabilidades de êxito e a ponderação dos benefícios”.

Como já mencionamos várias vezes, os esportes de aventura são práticas cujo elemento risco está presente, porém pode ser minimizado pelo uso correto da técnica, o emprego de pessoal experiente.

Além de possibilitar que pessoas com deficiência possam praticar esportes de aventura, também se faz necessário que os profissionais busquem conhecer esse universo da

pessoa com deficiência para que no momento de ações como esta, ambos tenham conhecimento prévio daquilo que estão prestes a vivenciar e possam assim permitir que uma interação social de confiança seja construída durante a prática dos esportes de aventura.

Até o presente momento, foi possível analisar as percepções dos deficientes visuais participantes desta pesquisa em relação a diversos aspectos dos esportes de aventura. Fomos da aproximação com os esportes de aventura até interação social promovida por estas práticas, passando pelo processo de aprendizagem. Vencida esta etapa, vamos agora em direção ao entendimento acerca da relação da pessoa com deficiência visual com os esportes de aventura, nosso objetivo principal.

5.4 RELAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL COM OS ESPORTES DE AVENTURA

Buscamos, até aqui, compreender quais foram as percepções dos participantes da pesquisa em relação a aspectos como: aproximação com os Esportes de Aventura, o processo de aprendizagem e a interação social experimentada pela prática destes esportes. Agora que possuímos um entendimento destas dimensões, passaremos a discutir a relação da pessoa com deficiência visual com o esporte de aventura.

Ao analisar os resultados obtidos, principalmente por meio do grupo focal, é possível identificar três categorias cuja relação das pessoas com deficiência visual e os esportes de aventura se apresentam bastante claros. São elas: Relação de proximidade e conhecimento dos esportes de aventura; a relação de risco presente tanto nestas atividades quanto em suas vidas cotidianas e a relação com o meio ambiente – urbano e natural.

A primeira relação que surgiu entre as pessoas com deficiência visual e os esportes de aventura advém da proximidade e conhecimento que estas pessoas têm destas práticas. Elas estão mais próximas destas atividades do que podemos perceber e esta proximidade se dá através de familiares que já tenham praticado algum tipo de esportes de aventura, mas principalmente por meio da mídia.

Ao serem indagados sobre seus primeiros contatos com os esportes de aventura, alguns participantes mencionaram ser mídia sua fonte de dados iniciais. A participante 3 foi enfática: “quando morava no interior assistia muito”, já a participante 5 disse: “eu ouvia falar de rapel, alguma coisa, na televisão”.

Essa relação com os esportes de aventura por meio da mídia só é possível porque, segundo Spink, Medrado e Melo (2002, p. 152) ela “é onipresente no mundo contemporâneo (e, portanto, instrumental na conformação da consciência moderna) ou porque confere uma visibilidade sem precedente aos acontecimentos”.

Capaz de criar e recriar conteúdos simbólicos, ela transforma sonhos em realidades e realidade em sonhos, podendo assim reestruturar espaços e atitudes, como é o caso dos esportes de aventura, que ganharam ao longo do tempo destaque em programas de TV, modificando espaços da natureza em palcos de espetáculos do desempenho humano e ainda estimulando o surgimento de novos estilos de vida (SPINK; MEDRADO; MELO, 2002).

Ainda que a mídia traga até as pessoas com deficiência visual as mais diversas informações sobre os esportes de aventura, ela ainda não é capaz proporcionar as experiências de uma aventura real.

Essa exposição midiática dos esportes de aventura serve para aguçar nas pessoas com deficiência visual um desejo de se colocar em ação e lutar pelo direito de participação em ambiente sociais até pouco tempo inexplorado e impossível para eles. Essa relação entre as pessoas com deficiência visual e o esportes de aventura por meio da mídia é uma relação que se dá apenas pelas vias da audição, deixando de fora os outros sentidos minimizando as possibilidades destes esportes para o bem estar desta parcela da população. Como bem disse Merleau Ponty (1971, p 241) apud Carvalho (1999, p. 23) "meu corpo é a textura comum de todos os objetos e ele é, pelo menos em relação ao mundo percebido o instrumento geral de minha compreensão".

A segunda relação que podemos identificar está ligada à noção de risco e também tem certa contribuição da mídia, isso porque ela não contribuiu apenas para divulgação destes esportes, fazendo-os chegar até as pessoas com deficiência visual, contribuiu também para uma noção moderna de risco que segundo Spink, Medrado e Melo (2002, p. 1) “está intimamente relacionada à incorporação cultural da noção de probabilidade”.

Essa probabilidade de que falam os autores, é percebida na fala dos participantes da pesquisa quando o participante 7 fala

[...] “agente tá exposto a qualquer coisa. Você acha que agente não corre nenhum risco quando eu pego minha bengala, né, me arrumo, pra ir pro serviço. Você acha

que eu não corro nenhum risco, de pegar e ir batendo bengala sem ta vendo um palmo diante do nariz”.

Na fala deste participante é possível perceber que ele conhece os riscos que corre em seu cotidiano, e sabe também que a probabilidade de algo dar errado é grande, no entanto, assim como nos esportes de aventura, o conhecimento necessário e a habilidade para desempenhar tais tarefas são ferramentas para necessárias a prevenção do risco. Essa habilidade é treinada nas aulas de orientação e mobilidade oferecida pelo ISMAC aos seus frequentadores.

Sem saber o que está por vir, as pessoas com deficiência visual, vivem em uma constante aventura. O risco aqui é expresso por uma possibilidade de algo inesperado dar certo ou errado podendo acarretar em situações e sensações positivas ou negativas (MARINHO, 2008).

Por sua vez essa relação de risco se dá através da existência de barreiras físicas naquele que chamamos de meio ambiente urbano. Aqui encontramos nossa terceira e ultima relação entre pessoas com deficiência visual e esportes de aventura.

Segundo Carvalho (1999, p. 23)

A orientação funcional da educação motora, tem como objetivo principal, fazer do corpo um instrumento perfeito de adaptação do indivíduo ao seu meio físico e social, não podendo desconsiderar jamais as condições de organização do "meio ambiente" em que vivem.

Ainda que a pessoa com deficiência visual possua um mapa mental completo de suas atividades diárias, sabendo inclusive o caminho que dever ser percorrido nas ruas e avenidas de sua cidade, ao sair de sua casa, sutis modificações poderão ocorrer, tornando assim o caminho incerto.

As aulas de orientação e mobilidade a que são submetidas essas pessoas buscam conforme disse Carvalho (1999, p.23) “fazer do corpo um instrumento perfeito de adaptação do indivíduo ao seu meio físico e social”. O que não podemos deixar de ressaltar é que esta relação com meio ambiente se dá de forma mecânica. Treina-se a contagem de passos, o balançar da bengala, aprende-se a ouvir o transito a sua volta. Esse ambiente Parlebás (1995) citado por Carvalho (1999) chamou de ambiente doméstico.

No entanto o ambiente que permeou este trabalho foi o que agora Parlebás (1995) citado por Carvalho (1999, p. 24) chama de “meio selvagem”. Segundo este autor, relacionar-se com este ambiente selvagem contribui para manter “um constante diálogo com o espaço: percebe indícios, trata de adivinhar os obstáculos de antemão, e está permanentemente alerta”.

A fala da participante 3 evidencia o que foi citado acima

“[...] desde a descida, a hora que eu cheguei na cachoeira, eu vou fazendo as imagens, montado todas as imagens na cabeça. Não sei se é certo do jeito que é lá, mas eu vou montando tudinho. A queda d'água tudo, e na hora da escalada mesmo, pegava de um lado, pegava do outro, e tudo montada na cabeça, tudo certinho, como seria lá em cima, tudo”.

Como podemos ver, os esportes de aventura possuem uma característica única no ensino da orientação e mobilidade de pessoas com deficiência visual, a imprevisibilidade. É por meio do contato do meio selvagem ou natural como queiram chamar, por meio dos esportes de aventura que possível contribuir para a ampliação da experiência destas pessoas para enfrentar as mais diversas situações no meio doméstico ou urbano.

Notamos que todo o trabalho feito trouxe à reflexão da pessoa com deficiência visual, todos os aspectos que permeiam sua vida: interação, riscos, dificuldades, potencialidades. São sensações que contribuem para o olhar diferenciado que a pessoa terá dela mesma e da sociedade em que vive.

CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO

Ainda com um grande caminho a percorrer no que diz respeito ao estabelecimento de conceitos, nomenclaturas e classificação, os esportes aqui chamados de aventura já vêm produzindo grandes resultados, contribuindo, inclusive, para o estabelecimento de normas e costumes na sociedade moderna, possibilitando ainda o rompimento de antigos paradigmas.

Pensar que pessoas com deficiência poderiam se quer praticar esportes é um dos estigmas que marcaram essa população. Praticar esportes que envolvem risco então, era impensável até pouco tempo. Desta forma o presente trabalho buscou dar voz aos deficientes visuais e sua relação com os esportes de aventura, apresentando ainda as contribuições destes esportes na formação física, emocional e social desta parcela da sociedade.

Para que pudéssemos alcançar tais objetivos, foram analisadas as sequências pedagógicas existentes na literatura. No entanto optou-se aqui por elaborar uma sequência pedagógica própria, simples e objetiva a fim de contribuir com futuros estudos que envolva a temática apresentada. Somente após essa construção é que iniciamos um trabalho prático. Foram 8 meses de aula que colocaram a prova as orientações de diversos outros autores e ainda possibilitou que esse sequência aqui apresentada fosse colocada a prova.

Desta forma é possível concluir que, em havendo interesse dos professores de Educação Física ou profissionais que trabalham com esportes de aventura, é possível desenvolver estratégias capazes de oferecerem a inclusão de pessoas com deficiência visual nos esportes de aventura, obedecendo estes cinco passos: 1) Estabelecer um sistema de comunicação clara e objetiva; 2) Fragmentar as atividades apresentando-as das mais fáceis para as mais complexas; 3) Permitir que conheçam os equipamentos e entendam como funcionam; 4) Permitir a exploração do terreno e suas superfícies irregulares e 5) Possibilitar a exploração da consciência corporal.

Poder traçar um paralelo entre os esportes de aventura e pessoas com deficiência visual nos permitiu enxergar que este universo da aventura esta mais presente no cotidiano destas pessoas do que pensávamos.

Foi possível perceber que elementos como risco, mídia e o meio ambiente, seja ele urbano ou natural, interfere diretamente na vida das pessoas, em particular das que vivem com

a deficiência visual. Isso nos possibilita repensar nossas próprias relações com estes elementos.

Entender como a pessoa com deficiência visual se sente em relação ao mundo que o cerca e as oportunidades que lhes são oferecidas ou não, é uma grande contribuição para novos estudos.

Desta forma, este estudo foi construído e analisado a partir de três linhas de investigação: experiências anteriores com esportes de aventura, sequência pedagógica de ensino e percepção dos deficientes visuais frente os esportes de aventura.

Quanto às experiências anteriores, concluímos que os esportes de aventura chegam ao conhecimento dos deficientes visuais por meio da mídia, de amigos e familiares, no entanto têm se restringido a apresentação verbal, ou seja, a uma narrativa dos acontecimentos, não sendo oferecido a este público o direto de usufruir destas práticas devido à forte concepção de incapacidade que ainda hoje está presente em nossa sociedade.

No que tange a sequência pedagógica de ensino, este se mostrou ser o tema mais estudado pelos autores que discutem essa temática. Desta forma buscamos ouvir os participantes para entender como o processo de ensino e aprendizagem influencia ou pode influenciar na adesão, participação e permanência nos esportes de aventura.

Concluímos que o tempo de duração é um dos principais quesitos que pode influenciar positiva ou negativamente. O tempo dedicado a um projeto de esportes de aventura para pessoas com deficiência, precisa ser estudado de acordo com os objetivos que se pretende alcançar. No caso desta pesquisa foram 8 meses que se propuseram a analisar as relação dos esportes de aventura com a pessoa com deficiência visual. Se o objetivo fosse, por exemplo, apenas conhecer quais sensações proporcionadas por uma atividade de aventura, poder-se-ia realizá-lo em apenas um fim de semana.

Outro fato que nos chamou atenção sobre o processo de ensino aprendizagem, diz respeito à presença e utilização dos guias de aventura. Neste processo, os guias utilizados foram acadêmicos devidamente treinados, o que nos possibilitou compreender que, para se conduzir um deficiente visual em uma atividade de aventuras e faz necessário pessoal capacitado. Desta forma, concluímos que, a fim de proporcionar maior confiança aos deficientes visuais recomenda-se que, profissionais e empresas que desejem ingressar neste

universo busquem capacitação e conheçam as particularidades de cada deficiência, neste caso da deficiência visual.

Quanto ao terceiro item, percepção dos deficientes visuais frente os esportes de aventura, o principal relato ficou por conta da falta de oportunidade para a prática, não só dos esportes de aventura, mas de toda e qualquer atividade que envolva algum grau de risco. Novamente concluímos que este fato tem relação com o paradigma da incapacidade enraizado em nossa sociedade, mas que vem sendo rompido por iniciativas e estudos como este.

Também foi possível concluir que o principal efeito positivo da participação de um deficiente visual em práticas de aventura advém da interação social proporcionada por estes esportes, rompendo com um sistema social imposto.

De modo geral podemos concluir que os elementos existentes nos esportes de aventura possuem franca relação como o cotidiano dos deficientes visuais, de forma que, oportunizar que eles pratiquem esportes que envolvam risco é apenas uma forma de respeitar sua capacidade de discernimento, garantir seu direito de escolha e contribuir para o rompimento de um sistema social que, historicamente, foi construído sob a falsa ideia de incapacidade das pessoas com deficiência.

Quanto às limitações deste trabalho, podemos afirmar que não é possível expandir ou generalizar as conclusões aqui obtidas para o universo da deficiência visual como um todo. Isso porque tal estudo contou com um número reduzido de participantes que representaram uma parcela pequena desta população. Parcela essa que se refere a indivíduos ativos fisicamente, esportista, com média de idade superior aos 35 anos. Desta forma este estudo abre espaço para novas investigações ao ponto que ainda permanecem questionamentos sobre quais resultados pode-se alcançar ao mudarmos algumas variáveis como a idade dos participantes, as condições físicas, as modalidades esportivas apresentadas, dentre diversas outras possíveis.

A certeza que fica é uma só. A relação Pessoa com Deficiência Visual e Esportes de Aventura é bem mais intensa que podemos expressar até o momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Lucas Salomão; NAZARI, Juliano. Atividades de Aventura e deficiência: limites e possibilidades. **EFDeportes, Revista Digital**. Buenos Aires, año 14 - Nº 138 – Nov. 2009. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd138/atividades-de-aventura-e-deficiencia.htm>> Acesso em Nov/2016.

ARAUJO, Paulo Ferreira de. **Desporto Adaptado no Brasil**. São Paulo. Phorte. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal. Edições 70. 2010. 281p.

BERSANI, Silvania de Fátima. Região turística da costa leste de MS: análise e perspectivas sob a ótica do desenvolvimento local. 2008. 163 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Aquidauana. 2008. Disponível em <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp140855.pdf>> Acesso em Mar/2016.

BRASIL. **Decreto nº 3.298 de 2 Dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em Mar/2016.

_____. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaoopessoa scomdeficiencia.pdf>> Acesso em Fev/2017.

CARDOSO, Aercio Rossi; SILVA, Andreia; FELIPE, Gisele Rosa. A educação pela aventura: desmistificando sensações e emoções. **Motriz, Rio Claro**, v.12 n.1 p.77-87, jan./abr. 2006. Disponível em <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/64/45?>> Acesso em Dez. 2015.

CARDOSO, Vinicius Denardin; GAYA, Adroaldo Cesar. A classificação funcional no esporte paralímpico. **Conexões**. Campinas, v. 12, n. 2, p. 132-146, abr./jun. 2014. Disponível em <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/2173/2295>> Acesso em Mar. 2016.

CARVALHO, Artur José Squarisi de. Estratégias de ensino do canyoning para pessoas deficientes visuais. 1999. 75 f. **Monografia** (Graduação em Educação Física) Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

_____. Esportes na natureza: Estratégias de ensino do canionismo para pessoas com deficiência visual. 2005. 192f. **Dissertação** (Mestrado em Educação Física) Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CIDADE, Ruth Eugênia Amarante; FREITAS, Patrícia Silvestre de. Introdução a Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência. Curitiba/PR, UFPR. 2009. 123p.

COSMO, João Francisco. A educação física e orientação e mobilidade. Campinas, SP, 2003.49f. **Monografia.** (especialização em Educação Física) Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

COSTA, Vanderlei Balbino da. Inclusão social nos esportes de aventura na natureza: vivências e experiências de um pesquisador deficiente visual. **EFDeportes. Revista Digital.** Buenos Aires. año 14, nº 136 - Septiembre de 2009. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd136/experiencias-de-um-investigador-deficiente-visual.htm>> Acesso em Março/2016.

COSTA, Vera Lucia de Menezes. **Esportes de aventura e risco na montanha:** um mergulho no imaginário. Barueri. Manole. 2000.

COSTA RICA, Prefeitura Municipal de Costa Rica/MS. Disponível em <<http://www.costarica.ms.gov.br/index.html%20>> Acesso em Fev/2016.

COSTA JUNIOR, Dirceu. Esportes na natureza: a visão de praticantes com deficiência visual. Campinas, SP: [s.n], 2006. 42f. **Monografia.** (especialização em Educação Física) Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CUSTÓDIO, Vagner. Caminhada de pessoas com deficiência visual em áreas naturais: um estudo com auxílio do GPS (sistema de posicionamento global). 2009. 109 f. **Tese** (Doutorado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. A mundialização e os esportes na natureza. Conexões: **Rev. Fac. Educ. Fís. da UNICAMP**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 54-66, jan/abr. 2008. Disponível em < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpcd/v7n3/v7n3a10.pdf>> Acesso em Nov/2015.

_____; MELO, Victor Andrade de; ALVES JUNIOR, Edmundo D. Os estudos dos esportes na natureza: desafios teóricos e conceituais.**Revista Portuguesa de Ciência do Esporte.** Vol. 7, Nº 3, p. 358-367, set/dez. 2007. Disponível em < http://www.fade.up.pt/rpcd/_arquivo/RPCD_Vol.7_nr.3.pdf> Acesso em Nov/2015

DORNELES, Claunice Maria. **A contribuição das novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem do deficiente visual.** Campo Grande/MS. UFMS. 2007. 124p.

EMBRATUR, Instituto Brasileiro do Turismo. **Brasil é o melhor país do mundo para o turismo de aventura, aponta o ranking Global Best Countries.** 2016. Disponível em < http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Brasil_e_o_melhor_pais_do_mundo_para_o_turismo_de_aventura_aponta_o_ranking_Global_Best_Countries.html> Acesso em Fev/2016.

FERNANDES, Luciana Gomes; SILVA, Andréia. **Práticas corporais de aventura na natureza e educação física:** uma área de atuação?. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte,XV - Congresso Internacional de Ciências do Esporte, II. 2007, Pernambuco. XV

Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2007. Disponível em <<http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/315.pdf>> Acesso em Out/2015

FERNANDES, Rita de Cassia. Esportes Radicais: referências para um estudo acadêmico. Conexões, **Rev. Fac. Educ. Fís. UNICAMP**, Campinas, v. 1, n. 1, 1998, pp.108-119. Disponível em <<http://fefnet178.fef.unicamp.br/ojs/index.php/fef/article/view/33>> Acesso em Dez/2015.

GODIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais com técnicas de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia** (Ribeirão Preto) vol. 12 no. 24 Ribeirão Preto. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2002000300004> Acesso em Nov/2015.

GUZZO, Marina. Corpo em risco. **Athenea Digital** – num. 6 otôn 2004. Disponível em <<http://atheneadigital.net/article/viewFile/148/148>> Acesso em Dez/2015.

IBGE. **Estimativa da População**. 2016 Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf>

KOTLER, Steven. **Super-humanos**: como os atletas radicais redefinem os limites do possível. São Paulo. Sextante. 2015.

LAVOURA, Tiago Nicola; SCHWARTZ, Gisele Maria; MACHADO, Afonso Antonio. Aspectos emocionais da prática de atividades de aventura na natureza: a (re)educação dos sentidos. **Rev. bras. Educ. Fís. Esp.**, São Paulo, v.22, n.2, p.119-27, abr./jun. 2008. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16687>> Acesso em Nov/2016.

LOBO, Heros Augusto Santos; MORETTI, Edvaldo Cesar. Ecoturismo: as práticas da natureza e a natureza das práticas em Bonito, MS. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 2, n. 1, p. 43-71, mar. 2008. Disponível em <<http://ad.rosana.unesp.br/docview/directories/Arquivos/Cursos/Apoio%20Did%C3%A1tico/Fernando%20Protti%20Bueno/TAN/Textos%20sobre%20Bonito/Ecoturismo%20-%20as%20pr%C3%A1ticas%20da%20natureza%20e%20a%20natureza%20das%20pr%C3%A1ticas%20em%20Bonito,%20MS.pdf>> Acesso em Fev/2016.

MARINHO, Alcyane. Lazer, Aventura e Risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 02, p. 181-206, maio/agosto de 2008. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115315219010>>. Acesso em Jan/2016.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. A transição do esporte moderno para o esporte contemporâneo: tendência de mercantilização a partir do final da guerra fria. Encontro da ALESDE, I. Curitiba. 2008. Disponível em <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000359522> Acesso em Out/2015.

MATO GROSSO DO SUL. **Perfil de MS**. Disponível em <<http://www.ms.gov.br/institucional/perfil-de-ms/>>. Acesso em Fev/2016.

MUNSTER, Mey de Abreu Van. Jogos e brinquedos adaptados a portadores de deficiência visual. 1993. 76f. **Monografia** (Especialização em Educação Física Adaptada). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

MINUSSI, Mônica. Escalada para pessoas com deficiência visual: possibilidades no contexto esportivo. 2010. 51f. **Monografia** (Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

NUNES, Érica; et al. **Inclusão social de portadores de necessidades especiais (pnes) e a prática do turismo em áreas naturais**: avaliação de seis cavidades turísticas do estado de São Paulo. Campinas, SeTur/SBE. Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas, 1(1), 2008.

OLIVEIRA, Marcelo Teixeira Cesar de. Bonito para quem? Um estudo sobre um destino turístico em Mato Grosso do Sul: situação atual e perspectivas, Bonito, MS, Brasil. 2010. 192f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo. São Paulo/SP. 2010.

ORRICO, Hélio. CANEJO, Elizabeth. FOGLI, Bianca. **Uma reflexão sobre o cotidiano escolar de alunos com deficiência visual em classes regulares**. In: GLAT, Rosana. Org. Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro/RJ. 7 Letras. 2009. 114-136p.

PEREIRA, Dimitri Wu; ARMBRUST, Igor; RICARDO, Denis Prado. Esportes radicais de aventura e ação, conceitos, classificações e características. **Revista Corpoconsciência**, Santo André, v. 12, n. 1, p. 37-55, jan./jun. 2008. Disponível <<http://boletimef.org/biblioteca/2219/Esportes-radicaais-de-aventura-e-acao-conceitos-e-classificacoes>> Acesso em Set/2015.

_____. ARMBRUST, Igor. **Pedagogia da Aventura**: Os esportes radicais, de aventura e de ação na escola. Jundiaí/SP. Fontoura. 2010. 160p.

_____, et. al. **Novas experiências na Aventura**. São Paulo. Lexia. 2015. 148p.

ROSSETTI, Larrisa Esteves Matos Rodrigues. **Educação inclusiva e preconceito**. Campo Grande/MS. UFMS. 2013. 84p.

SILVA, Edson Paes. Inserção da escalada esportiva no ensino médio: possibilidades e expectativas. 2004. 72f. **Monografia** (Trabalho de conclusão de curso em Educação Física) Departamento de Educação Física. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS. 2004.

SILVA, Junior Vagner Pereira da. **Políticas públicas de esporte/lazer e in(ex)clusão de pessoas com deficiência**. Campo Grande/MS. UFMS. 2015. 292p.

SPINK, Mary Jane P; MEDRADO, Benedito; MELLO, Ricardo Pimentel. Perigo, Probabilidade e Oportunidade: A Linguagem dos Riscos na Mídia. Psicologia: **Reflexão e Crítica**, 2002, 15(1), pp. 151-164. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a17v15n1.pdf>> Acesso em Nov/2015.

_____; ARAGAKI; Sérgio Seiji; ALVES Marina Pigozzi. Da Exacerbação dos Sentidos no Encontro com a Natureza: Contrastando Esportes Radicais e Turismo de Aventura. Psicologia: **Reflexão e Crítica**, 2005, 18(1), pp.26-38. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722005000100005>
Aceso em Nov/2015.

TALEB, Alexandre. et al. **As condições de saúde ocular no Brasil**. Conselho Brasileiro de Oftalmologia. São Paulo/SP. 2012. Disponível em <http://www.cbo.net.br/novo/classe-medica/condicoes_saude_ocular.php> Acesso em Mar/2016.

TAHARA, Alexander Klein; DARIDO, Cristina Darido. Práticas corporais de aventura em aulas de Educação Física na escola. **Conexões**. Campinas, v. 14 , n. 2, p. 113-136, abr./jun. 2016. Disponível em <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8646059>> Acesso em Junho/2016.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K. Métodos de pesquisa em atividade física. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

UVINHAS, Ricardo Ricci. Juventude, Lazer e Esportes Radicais. Barueri. Manole. 2001.

WINNICK, Joseph P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. 3. ed. Barueri: Manole. 2004.

APÊNDICE 1.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Neste ato, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador da Cédula de identidade RG nº. _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av/Rua _____, nº. _____, município de _____/Campo Grande/MS. AUTORIZO o uso de minha imagem e voz em todo e qualquer material entre fotos, documentos e vídeos, para serem utilizadas pela pesquisa intitulada Esportes de Aventura para Deficientes Visuais: uma experiência com integrantes do Instituto Sul Matogrossense para Cegos – ISMAC, da qual sou voluntário, para que sejam destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e voz acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Campo Grande/MS, ____ de Maio de 2016.

(assinatura)

Nome:

Telefone p/ contato:

APÊNDICE 2

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
ESPORTES NA NATUREZA PARA DEFICIENTES VISUAIS

Às Pessoas com Deficiência Visual

Objetivo da pesquisa: Analisar a percepção da pessoa com deficiência visual com relação aos esportes na natureza, utilizando-se de estratégias e metodologias existentes buscando aperfeiçoá-las.

Procedimentos da Pesquisa: A pesquisa compreenderá quatro etapas: Etapa 01 – Análise do conhecimento da pessoa com deficiência visual sobre os esportes na natureza e suas experiências e/ou expectativas com relação as atividade que serão realizadas no decorrer do projeto. Tais informações serão obtidas através de um questionário a ser aplicado no início da pesquisa. Etapa 02 – Realização de oficinas práticas envolvendo técnicas de mobilidade e orientação e técnicas de esportes de aventuras como rapel, escalada e caminhada em ambiente natural. Etapa 03 – Atividade prática do projeto que consiste em realizar um rapel da Cachoeira do Inferninho, com altura estimada em 30 metros e retorno pela trilha na encosta da cachoeira com um percurso de aproximadamente 300 metros. Etapa 4 – Análise final do projeto com as impressões das pessoas com deficiência visual que participaram efetivamente das propostas, visando à compreensão de sua percepção frente às atividades realizadas. Tais informações serão coletadas por meio de grupo focal a ser realizado ao final do projeto.

Desconforto e riscos de participação: Os riscos provenientes das atividades em meio natural, como é o caso dos esportes de aventura, apesar de existirem serão calculados e minimizados por meio da utilização de equipamentos de segurança certificados por organismos internacionais e da monitoria de um profissional capacitado, membro da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada. O projeto contará também com a participação de uma equipe do Corpo de Bombeiros Militares de Mato Grosso do Sul.

Benefícios da Pesquisa: Com a participação na presente pesquisa, a pessoa com deficiência visual ajudará na análise da relação dos esportes na natureza e a pessoa com deficiência visual e ainda

colaborará para o aperfeiçoamento de metodologias de ensino de mobilidade a esse público. Não haverá benefício direto ao voluntário da pesquisa que não sejam os de caráter de vivência de uma nova modalidade realizada em ambiente natural.

Esclarecimentos: Os participantes são convidados a participar da pesquisa, portanto, não são obrigados a aceitar e podem se recusar ou retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem qualquer problema para sua pessoa, basta entrar em contato com os pesquisadores pelos e-mails marina.brasiliano@gmail.com; claudiobenites81@gmail.com; Ha qualquer momento, poderão pedir mais informações ou esclarecimentos sobre a pesquisa e sua participação.

Confiabilidade: A identidade de todos os voluntários será mantida em total sigilo, tanto pelos pesquisadores como pela instituição onde será realizada a coleta de dados. Os resultados da pesquisa poderão ser divulgados em palestras, cursos, conferências, periódicos científicos ou outra forma de divulgação que possa transmitir os conhecimentos para a sociedade e profissionais da área, sempre sem nenhuma identificação dos participantes.

Consentimento Pós-informação:

Após ler e compreender as informações acima, eu _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, esclarecido sobre todos os aspectos da pesquisa como objetivos, riscos, procedimentos e sigilo, de livre vontade dou meu consentimento para minha inclusão como sujeito da pesquisa.

Assim, assino este documento de autorização e recebo uma cópia.

_____	_____/_____/_____
Nome do(a) participante(a)	Data

Assinatura

APÊNDICE 3

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

QUESTIONÁRIO

O questionário está dividido em três blocos de informações. O primeiro sobre os dados pessoais do participante, o segundo sobre suas experiências com atividades físicas, esporte e esporte de aventura e o terceiro sobre as expectativas em relação às atividades do projeto. A identificação presente nessa ficha será acessada apenas pelos pesquisadores responsáveis, que necessitam ligar as informações presentes com o sujeito caso seja necessária atenção diferenciada para elementos referentes à prática. Os demais dados poderão ser divulgados como caracterização dos sujeitos, mantendo o sigilo das identidades aqui expressadas.

DADOS PESSOAIS

NOME: _____

IDADE: _____

SEXO: Masculino () Feminino ()

ESTADO CIVIL: Solteiro () Casado () Divorciado ()

TELEFONE DE CONTATO: _____

MORA COM ALGUÉM? SIM () NÃO () QUEM? _____

QUAL SUA PROFISSÃO? _____ ESTA ATUANDO? _____

DEFICIÊNCIA VISUAL

1. VOCÊ TEM CEGUEIRA TOTAL OU BAIXA VISÃO? _____

1.1 SE BAIXA VISÃO, QUAL SUA ACUIDADE VISUAL? Olho Direito _____ Olho esquerdo _____

2. SUA DEFICIÊNCIA VISUAL É CONGÊNITA OU ADQUIRIDA? _____

2.1. SE RESPONDEU ADQUIRIDA, QUANTOS ANOS TINHA QUANDO A ADQUIRIU _____

2.2. QUAL FOI O MOTIVO? _____

ATIVIDADE FÍSICA, ESPORTE, ESPORTE DE AVENTURA OU ESPORTE NA NATUREZA

3. VOCÊ PRÁTICA ALGUM TIPO DE ATIVIDADE FÍSICA OU ESPORTE?

SIM () QUAL OU QUAIS?

NÃO () POR QUÊ?

4. VOCÊ SE UTILIZA DE ALGUM TIPO DE GUIA OU TREINADOR NESTE ESPORTE?

5. VOCÊ JÁ OUVIU FALAR EM ESPORTES RADICAIS, DE AVENTURA OU ESPORTES NA NATUREZA?

6. VOCÊ JÁ PRATICOU ALGUM TIPO DE ESPORTE RADICAL, DE AVENTURA OU EM MEIO NATURAL, COMO RIOS, CACHOEIRAS E FLORESTAS?

SIM () QUAL OU QUAIS?

NÃO () RESPONDA POR QUÊ? PASSE A PERGUNTA 8.

7. PARA VOCÊ QUE **JÁ PRATICOU** ALGUM ESPORTE RADICAL, DE AVENTURA OU NA NATUREZA, COMO FOI ESTE EXPERIÊNCIA? FOI VOCÊ QUEM SE INTERESOU E BUSCOU O ESPORTE OU ALGUÉM LHE CONVIDOU A PRATICAR?

7.1 VOCÊ REPETIRIA ESSA EXPERIÊNCIA?

SIM () QUAL OU QUAIS?

NÃO () POR QUÊ?

8. PARA VOCÊ QUE **NÃO PRATICOU NENHUM ESPORTE DE AVENTURA**, QUAL O MOTIVO DE AINDA NÃO TER PRATICADO?

9. VOCÊ CONHECE ALGUMA PESSOA, VIDENTE OU NÃO, QUE JÁ TENHA PRATICADO ALGUM ESPORTE DE AVENTURA OU NA NATUREZA?

SIM () QUEM E QUAIS ATIVIDADES?

NÃO ()

EXPECTATIVAS

10. FALE UM POUCO DAS SUAS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO PROJETO. O QUE ESPERA ENCONTRAR, QUAIS SENSações ACHA QUE VAI SENTIR?

APÊNDICE 4.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

ROTEIRO DE QUESTÕES DO GRUPO FOCAL

1. Como foi pra vocês receber o convite para participar do projeto e o que os motivou a permanecer no projeto
2. Com relação as nossas oficinas e a atividade na cachoeira, quais foram as percepções e sensações que você tiveram?
3. Com relação aos acadêmicos, como foi esse contato durante as oficinas e depois na cachoeira. Quais foram suas impressões?
4. Como essa atividade na natureza pode auxiliar a pessoa cega ou com baixa visão nos diferentes aspectos do dia a dia? Como é que isso vai impactar o seu dia a dia, daqui para frente?

APÊNDICE 5.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

PLANOS DE AULA

PLANO DE AULA 1.

Temática: Esportes de Aventura e a Pessoa com Deficiência visual.

Tema: Rapel

Escola: ISMAC

Professores(a)s: Claudio Benites da Silva

Data: 01/04/2016 **Horário:** 09h00min as 11h00min

Quantidade de alunos: 09 **Faixa Etária:** Adultos

Objetivo geral da Unidade: Conhecer os Esportes de Aventura suas origens, habilidades necessárias, locais e equipamentos adequados a prática dos Esportes de Aventura e sua relação com a Pessoa com Deficiência Visual.

Objetivo geral da aula: *Conhecer os equipamentos necessários para a prática do rapel.*

Objetivos específicos da aula: Proporcionar aos alunos os conhecimentos básicos e práticos sobre o Rapel; Entender como os equipamentos interagem com o corpo humano; Aprender a descrever o equipamento podendo identificá-los em outros momentos. Aprender sobre o mecanismo de funcionamento de cada equipamento.

Materiais utilizados: *Corda, Cadeirinha ou Baudrier, Freio 8, Mosquetão, Capacete, Fita tubular,*

Desenvolvimento da aula:

INTRODUÇÃO – 5 minutos

Apresentação da temática da unidade e do tema principal da aula.

Segunda parte:

JOGO DA ADVINHAÇÃO: 30 minutos

A cada aluno será entregue um equipamento diferente. Os alunos terão um tempo de 5 minutos para manusear o equipamento e se familiarizar com ele. Os alunos com baixa visão serão vendados para que as vantagens não existam. Após o tempo estipulado, o professor perguntar pelo nome do equipamento, Ex: quem está como freio 8? Se a pessoa que estiver

com o equipamento correto levantar a mão ou se pronunciar, esta deverá descrever o equipamento para os colegas.

Após todos os equipamentos terem sido solicitados pelo professor e descrito pelo aluno, inicia-se um rodízio dos equipamentos entre os participantes. Cabe ao professor organizar o ritmo de troca e indagar os alunos se os colegas descreveram os equipamentos de forma correta.

(Carvalho, 2005 - Permitir o manuseio dos equipamentos sem maiores explicações)

Terceira parte:

DISCUSSÃO: 10 minutos

Aqui o professor poderá conversar com os alunos sobre o equipamento e sua funcionalidade, e tirar as dúvidas que forem aparecendo.

PLANO DE AULA 2.

Temática: Esportes de Aventura e a Pessoa com Deficiência visual.

Tema: Rapel

Escola: ISMAC

Professores(a)s: Claudio Benites da Silva

Data: 08 e 15/04/2016 **Horário:** 09h00min as 11h00min

Quantidade de alunos: 09 **Faixa Etária:** Adultos

Objetivo geral da Unidade: Conhecer os Esportes de aventura suas origens, habilidades necessárias, locais e equipamentos adequados a prática dos esportes de Aventura e sua relação com a Pessoa com Deficiência Visual.

Objetivo geral da aula: *Conhecer a cadeirinha ou Baudrier, suas especificidades.*

Objetivos específicos da aula: Entender a estrutura da cadeirinha, como vestir e ajustar a cadeirinha ao corpo, testar a resistência do equipamento, entender como ela se conecta com os demais equipamentos, experimentar força que a cadeirinha exerce sobre o corpo quando colocada sobre pressão.

Materiais utilizados: *Corda, Cadeirinha ou Baudrier, Freio 8, Mosquetão, Capacete, Fita tubular,*

Desenvolvimento da aula:

INTRODUÇÃO – 5 minutos

Apresentação da temática da aula e dos procedimentos que serão realizados.

Segunda parte:

EXPLORAÇÃO: 20 minutos

Os alunos deverão estar sentados formando um pequeno círculo. Os equipamentos serão colocados ao centro e os alunos poderão manusear os equipamentos de forma livre, tentando relembrar os nomes, as formas, as funções de cada equipamento. Aproveitando para tirar as dúvidas da aula anterior.

Terceira parte:

EXPLORANDO A CADEIRINHA: 20 minutos

Aqui os alunos deverão explorar a cadeirinha e com base nas aulas anteriores e tentar vesti-la sem a ajuda do professor podendo, contudo receber ajudar dos colegas com baixa visão.

Quarta parte:

TESTANDO A CADEIRINHA: 40 Minutos

Após os alunos terem explorado a cadeirinha, os mesmo deverão vesti-las para que sejam testadas. O teste será feito em uma área externa onde as cordas serão preparadas em uma árvore onde os alunos serão conectados usando a cadeirinha e os demais equipamentos para que possam ser “pendurados” e possam simular um balanço, testando assim a resistência, o conforto e a confiabilidade do equipamento.

PLANO DE AULA 3

Temática: Esportes de Aventura e a Pessoa com Deficiência visual.

Tema: Rapel

Escola: ISMAC

Professores(a)s: Claudio Benites da Silva

Data: 22 e 29/04/2016 **Horário:** 09h00min as 11h00min

Quantidade de alunos: 09 **Faixa Etária:** Adultos

Objetivo geral da Unidade: Conhecer os Esportes de aventura suas origens, habilidades necessárias, locais e equipamentos adequados a prática dos esportes de Aventura e sua relação com a Pessoa com Deficiência Visual.

Objetivo geral da aula: *Vestir a cadeirinha ou Baudrier, conectar a cadeirinha aos demais equipamentos, testar a resistência dos equipamentos.*

Objetivos específicos da aula: *Fixar os conhecimentos adquiridos nas aulas anteriores.*

Materiais utilizados: *Corda, Cadeirinha ou Baudrier,, Freio 8, Mosquetão, Capacete, Fita tubular.*

Desenvolvimento da aula:

INTRODUÇÃO – 5 minutos

Apresentação da temática da aula e dos procedimentos que serão realizados.

Segunda parte:

CHARADA EM BRILLE - 40 minutos

Confeccionar charadas, em Braille, com pistas que sugiram determinado equipamento. Cada aluno receberá uma charada, em Braille, e deverá ler em voz alta. Quando tiver certeza qual equipamento a charada menciona, este deverá ir ao monte de equipamentos colocado em um outro local da sala e encontrar o equipamento da charada.

Ex: Lembro um triângulo e para abrir minha boca você precisa girar minha rosca.

Resposta: Mosquetão.

Terceira parte:

EXPLORANDO A CADEIRINHA: 20 minutos

Aqui os alunos deverão explorar a cadeirinha e com base nas aulas anteriores e tentar vesti-la sem a ajuda do professor podendo, contudo receber ajuda dos colegas com baixa visão.

Quarta parte:

TESTANDO A CADEIRINHA: 50 Minutos

Após os alunos terem explorado a cadeirinha, os mesmo deverão vesti-las para que sejam testadas. O teste será feito em uma área externa onde as cordas serão preparadas em uma árvore onde os alunos serão conectados usando a cadeirinha e os demais equipamentos para que possam ser “pendurados” e possam simular um balanço, testando assim a resistência, o conforto e a confiabilidade do equipamento.

PLANO DE AULA 4.

Temática: Esportes de Aventura e a Pessoa com Deficiência visual.

Tema: Rapel

Escola: ISMAC

Professores(a)s: Claudio Benites da Silva

Data: 6 e 13/05/2016 **Horário:** 09h00Min as 11h00Min

Quantidade de alunos: 09 **Faixa Etária:** Adultos

Objetivo geral da Unidade: Conhecer os Esportes de Aventura suas origens, habilidades necessárias, locais e equipamentos adequados a prática dos Esportes de Aventura e sua relação com a Pessoa com Deficiência Visual.

Objetivo geral da aula: *Praticar o rapel em plano inclinado.*

Objetivos específicos da aula: *Entender como os equipamentos funcionam em conjunto durante um rapel, praticar o posicionamento das pernas mantendo equilíbrio, praticar a posição e força das mãos nas cordas (mão da vida e mão do equilíbrio, praticar a mudança de plano (do vertical para o horizontal).*

Materiais utilizados: *Corda, Cadeirinha ou Baudrier, Freio 8, Mosquetão, Capacete, Fita tubular.*

Desenvolvimento da aula:

INTRODUÇÃO – 5 minutos

Apresentação da temática da aula e dos procedimentos que serão realizados.

Segunda parte:

RAPEL EM PLANO INCLINADO - 90 minutos

Com as cordas ancoradas na árvore e posicionadas em um plano inclinado (gramado), solicitar aos alunos que vistam as cadeirinhas (isso eles já fazem sozinho). Após conectá-los na corda, um de cada vez, os alunos deverão progredir no terreno um passo de cada vez com se estivessem descendo uma cachoeira. No final do plano inclinado deverá ser colocado um colchonete para que os alunos realizem a mudança do plano vertical para horizontal.

PLANO DE AULA 5.

Temática: Esportes de Aventura e a Pessoa com Deficiência visual.

Tema: Rapel

Escola: ISMAC

Professores(a)s: Claudio Benites da Silva

Data: 20/05/2016 **Horário:** 09h00min as 11h00min

Quantidade de alunos: 09 **Faixa Etária:** Adultos

Objetivo geral da Unidade: Conhecer os Esportes de Aventura suas origens, habilidades necessárias, locais e equipamentos adequados a prática dos esportes de Aventura e sua relação com a Pessoa com Deficiência Visual.

Objetivo geral da aula: *Praticar o rapel a uma altura de 2 metros.*

Objetivos específicos da aula: *Entender como os equipamentos funcionam em conjunto durante um rapel, praticar o posicionamento das pernas mantendo equilíbrio, praticar a posição e força das mãos nas cordas (mão da vida e mão do equilíbrio, praticar a mudança de plano (do vertical para o horizontal).*

Materiais utilizados: *Corda, Cadeirinha ou Baudrier, Freio 8, Mosquetão, Capacete, Fita tubular.*

Local: *UFMS – Estádio Morenã.*

Desenvolvimento da aula:

INTRODUÇÃO – 5 minutos

Apresentação da temática da aula e dos procedimentos que serão realizados.

Segunda parte:

MINI RAPEL - 90 minutos

Com as cordas ancoradas em um pilar do estádio morenã, solicitar aos alunos que vistam as cadeirinhas (isso eles já fazem sozinho). Após conectá-los na corda, um de cada vez, os alunos deverão progredir na parede que possui uma altura de aproximadamente 2 metros.

Nesta atividade os alunos não mais terão o plano inclinado da ultima aula e sim uma queda muito mais parecida com a da cachoeira que irão enfrentar.

Aqui a mudança de posição (vertical para horizontal) não será completa, pois assim como na cachoeira eles precisarão caminhar pela parede e manterão os pés em contato com a parede o tempo todo.

PLANO DE AULA 6.

Temática: Esportes de Aventura e a Pessoa com Deficiência visual.

Tema: Rapel

Escola: ISMAC

Professores(a)s: Claudio Benites da Silva

Data: 03/06/2016 e 10/06/2016 **Horário:** 09h00min as 11h00min

Quantidade de alunos: 09 **Faixa Etária:** Adultos

Objetivo geral da Unidade: Conhecer os Esportes de Aventura suas origens, habilidades necessárias, locais e equipamentos adequados a prática dos esportes de Aventura e sua relação com a Pessoa com Deficiência Visual.

Objetivo geral da aula: *Confeccionar a cadeirinha de emergência – Cabo Solteiro.*

Objetivos específicos da aula: *Conhecer um modelo diferente de cadeirinha, possível de ser construído usando um pedaço de corda conhecido como cabo solteiro. Entender as possibilidades de se possuir um cabo solteiro durante uma atividade na natureza.*

Materiais utilizados: Cabo Solteiro (Corda)

Local: ISMAC

Desenvolvimento da aula:

INTRODUÇÃO – 5 minutos

Apresentação da temática da aula e dos procedimentos que serão realizados.

Segunda parte:

CONFECCIONANDO A CADEIRINHA DE EMERGÊNCIA - 60 minutos

- Conduzir verbalmente a confecção da cadeirinha de emergência,

Terceira parte:

CONFECCIONANDO A CADERINHA SOZINHO - 30 minutos

- Permitir que os alunos elaborem a construção da cadeirinha sem a orientação do professor, permitindo que eles resolvam os problemas entre si.
- Após concluírem, demonstrar os erros cometidos e as possíveis correções.

PLANO DE AULA 7.

Temática: Esportes de Aventura e a Pessoa com Deficiência Visual.

Tema: Rapel

Escola: ISMAC

Professores(a)s: Claudio Benites da Silva

Data: 01/07/2016 e 08/07/2016 **Horário:** 09h00min as 11h00min

Quantidade de alunos: 09 **Faixa Etária:** Adultos

Objetivo geral da Unidade: Conhecer os Esportes de Aventura suas origens, habilidades necessárias, locais e equipamentos adequados a prática dos esportes de Aventura e sua relação com a Pessoa com Deficiência Visual.

Objetivo geral da aula: *Praticar o equilíbrio.*

Objetivos específicos da aula: *Conhecer o Slackline, uma modalidade esportiva recente cujo principal capacidade exigida é o equilíbrio.*

Materiais utilizados: *Slackline, Corda, Cadeirinha ou Baudrier, Mosquetão, Capacete, Fita tubular.*

Local: *UFMS – Parque Belmar Fidalgo*

Desenvolvimento da aula:

INTRODUÇÃO – 5 minutos

Apresentação da temática da aula e dos procedimentos que serão realizados.

Segunda parte:

EQUILÍBRIO CORPORAL - 30 minutos

Objetivos: Demonstrar os diversos tipos de equilíbrio e como eles estão presentes no nosso dia e ainda explicar como funciona o centro de gravidade do corpo.

- Equilibra-se em um pé só. – alternar as pernas.
- Equilibra-se elevando uma das pernas a frente com o joelho flexionada – alternar as pernas.
- Equilibrar-se elevando uma das pernas a frente com o joelho estendido – alternar as pernas.
- Executar todos os movimentos anteriores em uma única sequência.
- Equilibra-se em uma das pernas, estendendo a outra para trás, inclinando o tronco para frente (aviãozinho).
- Com os dois pés no chão, em paralelo, flexionar os joelhos simulando o movimento de sentar inclinando levemente o tronco para frente. – Repetir o movimento mantendo a coluna ereta notando que desta forma o corpo tende a se desequilibrar.

Terceira parte:

EQUILÍBRIO NO SLACKLINE - 30 minutos

Objetivos: Conhecer o Slackline e exercitar o equilíbrio em uma plataforma móvel.

Com o Slackline armado entre duas árvores, e uma corda esticada mais alto (acima da cabeça) permitir que os alunos possam segurar na corda enquanto caminham pela fita.

Permitir que os alunos manipulem os equipamentos para sentir a resistência criada pela fita.

Permitir que eles explorem o Slackline andando de forma livre sobre a fita. Aqui os alunos deverão estar usando a cadeirinha que deverá estar presa à corda alta evitando uma queda.

Após a exploração inicial, inserir exercícios como caminhar com apenas uma das mãos na corda. Caminhar de costas pela fita. Equilibra-se com apenas um pé na fita. Tentar equilibrar-se sem o uso das mãos. Tentar caminhar sem o apoio das mãos.

PLANO DE AULA 8.

Temática: Esportes de Aventura e a Pessoa com Deficiência Visual.

Tema: Rapel

Escola: ISMAC

Professores(a)s: Claudio Benites da Silva

Data: 12/08/2016 e 19/08/2016 **Horário:** 09h00Min as 11h00Min

Quantidade de alunos: 09 **Faixa Etária:** Adultos

Objetivo geral da Unidade: Conhecer os Esportes de Aventura suas origens, habilidades necessárias, locais e equipamentos adequados a prática dos esportes de Aventura e sua relação com a Pessoa com Deficiência Visual.

Objetivo geral da aula: *Conhecer a escalada e suas técnicas.*

Objetivos específicos da aula: *Conhecer e aplicar as técnicas de utilização das mãos e pernas durante a escalada.*

Materiais utilizados: *sapatilhas de escalada, magnésio.*

Local: Zion Academia de Escalada

Desenvolvimento da aula:

INTRODUÇÃO – 5 minutos

Apresentação da temática da aula e dos procedimentos que serão realizados.

Segunda parte:

RECONHECIMENTO DO ESPEÇO - 30 minutos

Os participantes serão convidados conhecer o espaço através do tato. Poderão percorrer, com as mãos, toda a extensão da parede sentindo os diversos formatos de aguarrás e as inclinações das paredes.

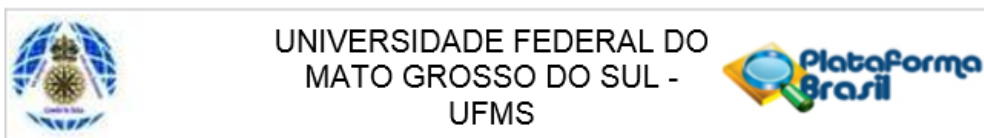
Terceira parte:

ESCALANDO - 50 minutos

Momento de exploração da parede, onde os participantes poderão escalar livremente, descobrindo as dificuldades em cada movimento. Em seguida os professores iniciarão os auxílios através de dicas verbais para melhorar o desempenho dos participantes ao longo da aula.

ANEXO 1.

PARECE DO COMITÊ DE ÉTICA - UFMS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESPORTES NA NATUREZA PARA DEFICIENTES VISUAIS

Pesquisador: Marina Brasiliano Salerno

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 51785815.9.0000.0021

Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.432.771

Apresentação do Projeto:

A pessoa com deficiência, historicamente, manteve-se alijada de diferentes práticas esportivas. Os Esportes na Natureza destacaram-se há alguns anos em nosso país por reaproximar a população do ambiente natural, buscando maior contato com a natureza como forma de vivenciar outros espaços que não apenas os urbanos. Oportunizar a vivência de pessoas com deficiência visual à técnica do rapel com auxílio de acadêmicos do curso de Educação Física de Instituição de Ensino Superior da cidade de Campo Grande-MS, será o propulsor de nossa pesquisa que visa analisar quais as percepções afloram a partir dessa experiência. Ao longo da pesquisa poderemos descrever o contato anterior que a pessoa cega teve com essa atividade em específico ou outras, analisar as técnicas que foram utilizadas para adequação do rapel a essa população verificando necessidades de atualizações e a relação que se estabelece entre os participantes cegos e os acadêmicos que encontram-se em formação.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a percepção da pessoa com deficiência visual com relação aos esportes na natureza, utilizando-se de estratégias e metodologias existentes buscando aperfeiçoá-las.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Desconforto e riscos de participação:

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS
Bairro: Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br



Continuação do Parecer: 1.432.771

Os riscos provenientes das atividades em meio natural, como é o caso dos esportes de aventura, apesar de existirem serão calculados e minimizados por meio da utilização de equipamentos de segurança certificados por organismos internacionais e da monitoria de um profissional capacitado, membro da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada. O projeto contará também com a participação de uma equipe do Corpo de Bombeiros Militares de Mato Grosso do Sul.

Benefícios da Pesquisa:

Com a participação na presente pesquisa, a pessoa com deficiência visual ajudará na análise da relação dos esportes na natureza e a pessoa com deficiência visual e ainda colaborará para o aperfeiçoamento de metodologias de ensino de mobilidade a esse público. Não haverá benefício direto ao voluntário da pesquisa que não sejam os de caráter de vivência de uma nova modalidade realizada em ambiente natural.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa qualitativa uma vez que será desenvolvida em ambientes do dia-a-dia, no caso, o campus da UFMS, dependências do ISMAC, parques e ambientes naturais existentes próximos a Campo Grande/MS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados (TCLE, questionário, folha de rosto, etc.), e os convênios com os "Bombeiros" e o ISMAC - Instituto Sul Mato Grossense para Cegos- "Florivaldo Vargas" serão anexados.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A recomendação é anexar os convênios com os "Bombeiros" e o ISMAC - Instituto Sul Mato Grossense para Cegos- "Florivaldo Vargas" serão anexados.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	oficio_bombeiros.pdf	23/02/2016 17:17:39	PAULO ROBERTO HAIDAMUS DE OLIVEIRA BASTOS	Aceito
Outros	oficio_ismac.pdf	23/02/2016	PAULO ROBERTO	Aceito

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS

Bairro: Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110

UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 1.432.771

Outros	oficio_lsmac.pdf	17:16:55	HAIDAMUS DE OLIVEIRA BASTOS	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_632447.pdf	19/01/2016 12:05:09		Aceito
Outros	Respostapareceresportenatureza.pdf	19/01/2016 12:04:44	Marina Brasiliano Salerno	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PESQUISA_09_12_15.pdf	10/12/2015 09:57:02	Marina Brasiliano Salerno	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	10/12/2015 09:55:33	Marina Brasiliano Salerno	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoJunioreClaudio.pdf	10/12/2015 09:50:02	Marina Brasiliano Salerno	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	09/12/2015 10:54:39	Marina Brasiliano Salerno	Aceito
Outros	Questionarios.pdf	09/12/2015 10:49:53	Marina Brasiliano Salerno	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termos_de_consentimento.pdf	09/12/2015 09:59:43	Marina Brasiliano Salerno	Aceito
Cronograma	Cronograma_das_atividades_09_12_15.pdf	09/12/2015 09:55:21	Marina Brasiliano Salerno	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPO GRANDE, 02 de Março de 2016

Assinado por:

PAULO ROBERTO HAIDAMUS DE OLIVEIRA BASTOS
(Coordenador)

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS

Bairro: Caixa Postal 549

CEP: 79.070-110

UF: MS

Município: CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3345-7187

Fax: (67)3345-7187

E-mail: bioetica@propp.ufms.br